UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PRODERE

AS CONSEQÜÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MIGRAÇÃO PARA MANACAPURÚ

PEDRO DE OLIVEIRA

MANAUS
2005

PEDRO DE OLIVEIRA

AS CONSEQÜÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MIGRAÇÃO PARA MANACAPURÚ

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional
Para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade Estudos Sociais
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Santos do Nascimento

Co-Orientador: Rosalvo Machado Bentes

Manaus

2005

DEDICATÓRIAS

In memoriam

À Alzira Rabelo de Oliveira, minha mãe, sinônimo de honradez, em cujas ações e exemplos edificou-se a minha personalidade.

A Manoel de Oliveira, meu pai, com quem não tive a felicidade de conviver, sua história, porém, faz-me orgulhoso da filiação.

À minha esposa, Raí Oliveira, que me incentivou durante a jornada.

Aos meus filhos, enteados e netos nos quais encontro vigor para continuar o labor.

AGRADECIMENTOS

A Deus que na sua generosidade concedeu a aptidão maternal à minha mãe.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Raimundo dos Santos Nascimento, pela indicação do caminho a seguir.

Ao meu co-orientador, Prof. Titular Rosalvo Machado Bentes, pelo incentivo, pela confiança e pela contribuição à realização deste trabalho.

À Profa. Lucynier Melo por permitir-nos o uso de sua biblioteca.

Aos alunos e a direção da Escola Estadual Nossa Senhora de Nazaré, que contribuíram na pesquisa de campo.

A gerência da agência de Manacapuru do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas - IDAM.

Aos servidores da Secretaria de Administração e Finanças de Manacapuru que se desprendiam dos afazeres funcionais para nos atender.

A equipe de digitação e apoio informárico; Ane, Sarkis Jr. e Felippe.

RESUMO

Nas duas últimas décadas, a população urbana, do Município de Manacapuru, cresce acentuadamente sem que a sede do Município haja recebido investimentos no setor industrial que, segundo Adolph Wagner, Paul Singer e outros, é responsável pelo crescimento urbano e o crescimento dos gastos públicos com a urbanização. Enquanto isso a população rural tem sofrido baixa. Mais de três quartos dos imigrantes consultados informaram como última residência a zona rural de Manacapuru e de outros municípios amazonenses. O fato que levouos ribeirinhos à migração tem raiz nos gastos públicos, haja vista a alocação de recursos serem inconveniente à realidade do município. Os gastos são direcionados para a sede municipal; desembolsos são realizados com infra- estrutura urbana, com a área cultural bem como é voltada para o turismo, enquanto isso, as questões sociais campestres, o apoio à agricultura, o auxílio ao escoamento da produção tendem a inexistência. Falta alocação de recursos para implementar a assistência técnica aos produtores rurais, para a educação rural, para a saúde e também inexiste crédito para o financiamento da produção, requisitos importantes à fixação do homem no seu ambiente. A chegada do campesino na sede municipal fez crescer o volume da mão-de-obra desqualificadae a reboque surgiram os problemas de ordem social que exigem mais serviços públicos os quais são oferecidos sem qualidade e em quantidade aquém da demanda.

Palavras-chave: urbanização, gastos municipais, gastos públicos, alocação de recursos , problemas sociais.

ABSTRACT

In the last two decades, the urban population of the Municipality of Manacapuru has grown sharply without the seat of the Municipality having received investments in the industrial sector which, according to Adolph Wagner, Paul Singer and others, is responsible for urban growth and the growth of public spending. with urbanization. Meanwhile, the rural population has suffered. More than three quarters of the consulted immigrants reported the rural area of Manacapuru and other municipalities in the Amazon as their last residence. The fact that led the riverside people to migrate is rooted in public spending, given that the allocation of resources is inconvenient to the reality of the municipality. Spending is directed to the municipal headquarters; disbursements are made with urban infrastructure, with the cultural area as well as it is turned to tourism, meanwhile, rural social issues, support to agriculture, aid to the flow of production tend to non-existence. There is a lack of allocation of resources to implement technical assistance to rural producers, for rural education, for health, and there is also a lack of credit to finance production, important requirements for fixing man in his environment. The arrival of peasants in the municipal headquarters increased the volume of unskilled labor and, in tow, social problems emerged that require more public services, which are offered without quality and in quantity below demand.

Keys words: urbanization, municipal spending, public spending, resource allocation, social problems.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO
1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO 3
1.1. Localização 8
1.2. Economia 9
1.3. O crescimento urbano 10
1.4. A migração e o crescimento urbano de Manacapuru 17
1.5. Econômico....18
1.6. Fatores de expulsão e de atração 19
1.7. As migrações brasileiras 20
1.8. As migrações no Amazonas....21
2.MOTIVOS DA IMIGRAÇÃO 24
2.1. Econômicos....25
2.2. Situação ocupacional dos imigrantes e familiares 29
2.3. Ocupação do imigrante 31
2.4. Motivo Educação....35
4.2.1. A escolaridade dos imigrantes e filhos 37
4.2.1. A educação em Manacapuru 39
4.2.1. Situação das famílias do imigrante cujo motivo é a educação 41
2.5. Motivo de saúde 42
2.6. Motivo familiar 42
2.7. Motivo Residencial 43
2.8. Motivo natural – enchente 44
2.9. Motivo Segurança 45
2.10 Outros motivos 45
3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO SETOR PÚBLICO 47
3.1 A Responsabilidade dos entes públicos....48
3.2 Os serviços públicos....52
3.3 A Despesa Pública 54
4.AS POLÍTICAS, OS GASTOS E A IMIGRAÇÃO URBANA DE MANACAPURU...57
4.1 População urbana e rural de Manacapuru 57
4.2 Políticas Públicas 59
4.2.1.Política econômica 60
4.2.1. Política Social 61
4.3. Os gastos sociais de Manacapuru 62
4.4. Despesas nas funções indústria, comércio e serviços e agricultura.
5.CONCLUSÃO....79
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 82

INTRODUÇÃO

A sede do Município de Manacapuru que conheci nos anos sessenta era uma cidade bucólica, de poucas ruas com sítios, plantações e criações nas cercanias. Hoje, apresenta-se como uma cidade turística. Agasalha alguns pequenos investimentos industriais. O crescimento das atividades comerciais e serviços privados e públicos vieram a reboque do crescimento da população urbana - natural ou promovido pelo deslocamento do homem do campo ou vindo de outras localidades, municípios amazonenses, outros estados e até mesmo de país vizinho.

Nas últimas três décadas o crescimento urbano foi bastante acentuado; novos bairros surgiram na cidade, o perímetro urbano expandiu-se, muitas famílias cederam espaços residenciais no centro da sede municipal passando a residir nos bairros mais próximos e alguns outros fixaram residência na capital, enquanto isso a população rural decaia, ano após ano, reduzia-se. O ribeirinho deslocava-se para a sede do Município em busca de melhores dias. Objetivava encontrar no perímetro urbano aquilo que o ente público não fora suficientemente eficiente para lhe oferecer enquanto vivendo no campo.

O homem urbano, é sabido, torna-se mais exigente. O estabelecimento do homem na zona urbana exige a presença do ente público, exige mais ações para satisfazer as necessidades criadas pelos grupos sociais, para tanto é necessário criar e manter serviços e bens públicos.

O crescimento urbano foi sentido quando das visitas periódicas ao Município por motivos profissionais ou a passeio e chamou a atenção em se procurar detectar as causas que ensejaram o crescimento populacional uma vez que a economia local continuava firmada nas atividades agrícolas como em todos os outros municípios amazonenses.

As atividades industriais são incipientes, é de número reduzido e as que existem são formadas por unidades transformadoras de produtos regionais.

Não pretende este trabalho encontrar solução para a alocação dos recursos monetários municipais mas pretende de modo geral explicar as razões pelas quais os gastos públicos funcionam como elemento propulsor do crescimento demográfico urbano de Manacapuru. Pretende de modo específico identificar as causas de o homem interiorano trocar a zona rural pela zona urbana,relacionar o crescimento populacional com os gastos com os gastos municipais e expor os afeitos da expansão urbanística.

A metodologia desenvolvida nos estudos propostos constou de uma pesquisa de campo tendo como cenário o centro e a periferia da sede municipal visando a coleta das informações, contidas no questionário anexo, no seio das pessoas imigrantes, tabulação, complementação e análise dos dados apurados. Concluídas as fases anteriores, procederam-se visitas a localidades – escolhidas aleatoriamente, no total de dez por cento- de onde emigraram as pessoas que contribuíram para o adensamento populacional urbano a fim de se identificar as informações causais do êxodo.

Utilizou-se também o levantamento e uso de referenciais bibliográficos das áreas de sociologia, de direito constitucional, de direito administrativo, de direito financeiro, de finanças públicas, economia, pesquisa documental nos balanços gerais e orçamentos municipais do período estudado e nas mensagens anuais do Chefe do Executivo para o Poder Legislativo, entrevistas com comunitários e autoridades vinculadas ao setor primário da economia municipal.

Este trabalho dissertativo tem sua organização estendida em sete partes; esta introdução, quatro capítulos a conclusão e o referencial bibliográfico. No capítulo um há a caracterização do Município de Manacapuru com sua localização geográfica e sua economia; análise de seu PIB, a demonstração da evolução da população urbana e rural, a origem dos migrantes de acordo com o último local de residência, a importância do fator econômico no deslocamento da população. O capítulo dois aborda os motivos responsáveis pelo processo migratório de Manacapuru, são eles: econômico, educacional, familiar, saúde, residencial, enchente, segurança e outros, cada um destes motivos são abordados procurando, inclusive externar a situação do informante e de sua família na sede do Município. O capítulo três cuidar da responsabilidade doEstado em promover seus administrados, oferecendo-lhes bens e serviços segundo a necessidade, ainda se faz breve consideração sobre a despesa pública visando seu relacionamento com a oferta dos serviços públicos. O capítulo quatro trata de relacionar as políticas públicas, principalmente a social doMunicípio com os gastos públicos e a imigração para a sede da municipalidade. Finalmente há a conclusão que, entre outras coisas, contém os efeitos negativos do crescimento urbano de Manacapuru, seguida do referencial bibliográfico, levantado e usado.

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1. Localização

A sede municipal está localizada à margem esquerda do Rio Solimões - daí ser conhecida a cidade por Princesinha do Solimões – sua posiçãogeográfica a coloca em situação privilegiada em relação às outras municipalidades; primeiro a proximidade da capital do Estado, e depois pelafacilidade dos meios de transporte. Distancia-se de Manaus em 84 Km.

Faz limites com os municípios: Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamã, Caapiranga e Novo Airão

Sua área territorial é de 7.329 Km² correspondendo a 0,45% da área total do Estado do Amazonas. Comporta uma das maiores concentrações populacionais do Estado, 10,5 habitantes por quilômetro quadrado. Hoje, em torno de 65% da população reside no perímetro urbano, e 35% na zona rural.

1.2. Economia

Em 2003, o Produto Interno Bruto do Município de Manacapuru alcançou o valor de R$ 179.640.457,00 e o PIB per capita R$ 2.245,20. Predomina no município o setor terciário que contribuiu com um Valor Agregado correspondente a 54,5%, o setor agropecuário com 29,3% e o setor industrial com 16,2% desse produto. No período 1999 a 2003, houve decréscimo da participação dos setores industrial e de serviços e aumento da participação do setor agropecuário na formação do PIB de Manacapuru.Tabela 1.1).

Tabela 1.1 – Produto Interno Bruto* do Município de Manacapuru– 1999-2003

Ano	Valor Agregado			Produto Interno Bruto	
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Per capita
1999	21.889,80	27.066,12	85.861,51	134.817,42	1.770,07
2000	22.817,82	27.704,91	88.560,34	139.083,08	1.870,27
2001	19.447,96	25.658,26	80.496,38	125.602,60	1.644,80
2002	50.721,96	30.692,88	107.893,50	189.308,34	2.421,55
2003	52.541,37	29.001,58	97.580,96	179.123,91	2.245,20

Fonte: IBGE – PIB dos Municípios.
* A Preços Correntes em R$ 1.000,00

Na agricultura a maior participação é das culturas temporárias como: mandioca, malva, juta, abacaxi, arroz, batata-doce, feijão, melancia melão, milho. Nas culturas perenes destacam-se: abacate, banana, limão, mamão, manga, laranja.

Na pecuária, a bovinocultura é sua principal atividade, há, no entanto, embora em pequena intensidade, criação de suínos. O criatório bovino além de carne produz leite.

No extrativismo encontramos exploração de madeira, castanha e óleo de copaíba.

A avicultura conta com a criação de frango, há também, perus, patos se bem que é pequena a participação

No âmbito de pesca, as espécies mais encontradas são: jaraqui, pirapitinga, tucunaré, carauaçú e tambaqui. Além de pescadores tradicionais há empresas e frigoríficos que patrocinam a pesca como existem no município projetos de piscicultura em exploração.

O setor secundário é constituído por madeireiras, olarias, fábrica de gelo, prensa de juta, estaleiros na construção e reforma de barcos, padarias, movelarias e frigoríficos.

A atividade comercial é, de certa forma bem avançada, pois possui estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas. O Município é atendido por instituições bancárias.

Na rede de serviços públicos, conta com uma cadeia pública, duas delegacias, pelotão da polícia militar, postos de atendimento do INSS, Receita Federal, Correios, IDAM, FUNASA, IBAMA e Corpo de Bombeiros. A sede de Manacapuru conta ainda com abastecimento de água, energia elétrica, serviço telefônico, rede de esgoto basicamente no centro, repetidores de sinais de televisão, um hospital, um mercado e feiras.

No que tange à educação, o município é servido por 23 escolas urbanas e 66 escolas na zona rural, a maioria delas funcionando precariamente. O Estado mantém 16 escolas que incluem os ensinos fundamental e médio. Também se faz presente o ensino superior através da Universidade do Estado do Amazonas e da Universidade Federal do Amazonas.

O sistema de transporte se faz por linhas regulares de ônibus interurbanos e linhas de navegação que ligam o Município a Manaus, Iranduba, Novo Airão e conta ainda com serviço de táxi e moto-taxi.

1.3. O crescimento urbano

> Deus recompensou as parteiras e o povo continuava a multiplicar-se e a aumentar Êxodo
>
> Conduzir-vos-ei até entrardes na terra que jurei dar a Abraão, a Isaac e a Jacob; e vo-la darei em possessão. Êxodo

O processo migratório para o município de Manacapuru nos chamou a atenção ao observar o nascimento de novos bairros, a expansão da cidade. Entre os anos de 1970 – 7.232 habitantes – e 2000 – 47.662 habitantes – a população urbana daquele município cresceu 559,04%. Evidentemente que não temos a pretensão de afirmar que esse crescimento se deve exclusivamente a imigração, mas é de convirmos que a população urbana de 1970 seria impotente para reproduzir-se em escala tamanha a ponto de em 30 (trinta) anos multiplicar- se em torno de 6,49% ao ano, sem considerar também que nesse periodo muitas pessoas evadiram da cidade para outros centros, urbanos ou não.

O processo migratório, o deslocamento das pessoas de um continente para outro, de um país para outro, de uma região para outra, de um estado para outro e até entre as cidades, constitui-se num fenômeno antiqüíssimo. Acontecimentos diversos são identificados como responsáveis pela migração: as conquistas territoriais proporcionadas pelas invasões e pelas guerras; os êxodos; as mudanças sazonais; a permanência definitiva; tudo decorre da inquietação humana. Poucas, muito poucas sociedades são as quenão se formaram pela recepção, pela agregação e integração de grupos sociais diversos ao longo dos tempos. Os grupos cresceram com assimilação mútua.

A imigração, na verdade, reside num processo de transformação cultural. O imigrante, principalmente o que tem formação rurícola, vê quebrados os laços do tradicionalismo da sociedade rural haja vista a assimilação do "*modus vivende*" da sociedade urbana que o recebe.

Por mais que seja o ser humano irrequieto e goste de inovações, ele muda, ou busca mudança em razão de fatos os quais o impulsionem.

As relações entre a classe política e o poder local ou regional, caso do coronelismo, contribuiu para a configuração de urbanização para a migração, bem como, do surgimento da indústria.

MELA (1999) nomeia como fatores responsáveis pelo crescimento urbano dois processos distintos, porém interligados, assim descreve:

> "No entanto, em linhas gerais, pode afirmar-se razoavelmente que o conjunto dos fatores que produzem a urbanização é constituído por uma mescla – variavelmente equilibrada – de causas de dois tipos distintos:"

a) processos que incidem na desestruturação das áreas rurais;

b) processos que incidem na atratividade dos centros urbanos"

No primeiro item encontram-se todas as variáveis que expulsam a população para fora dos campos. Para ele essas variáveis se apresentam em virtude de que parte da população rural não encontra no campo meios de subsistência, nem perspectiva de mobilidade social. Diante de tal quadro vê-se obrigada a mudar para as áreas urbanas.

Em outro sentido estão os fatores que funcionam como atração ao processo de urbanização. Assim escreve:

> "Estes fatores estão ligados aos recursos de que as cidades dispõem (embora, por vezes, uma medida totalmente insuficiente) e permitem que a população urbana resolva - ou pelo menos, enfrente com maiores chances do que os presentes nos contextos rurais – alguns problemas vitais de vida quotidiana a começar pelo da sobrevivência..."

E continua

> "Finalmente os centros urbanos são atraentes pelo estilo de vida, que os caracteriza, pelos modelos de consumo que propõem (por sua vez influenciado pelos modelos dominantes nos países mais ricos), pelo fato de que favorecem a possibilidade de escapar ao controle social sobre o comportamento individual, típico dos contextos rurais"

E arremata;

> "Estes fatores de atração cultural são tanto mais fortes quanto maior é o intercâmbio entre cidade e campo e quanto mais profunda a penetração dos meios de comunicação de massa..." (p.57 e 58)

BANFIELD (1974) atribui três causas para o crescimento urbano que ele os denominou de imperativos; primeiro é o demográfico, o segundo é o tecnológico e o terceiro é o econômico.

Sobre o primeiro imperativo ele diz que:

> "se a população de uma cidade aumenta, a cidade terá de expandir-se numa direção ou outra – para cima, para baixo ou do centro para a periferia." (págs 36 e 37)

O Município de Manacapuru foi bastante afetado por esta causa. A imigração fez com que as pessoas que habitavam o centro da cidade e dividiam o espaço com o comércio e raros serviços, à medida que novas instituições de serviços públicos e privados se localizavam no centro, as pessoas deixavam o centro da cidade, passando a residir nos bairros que surgiam. Esse fator alia-se ao econômico. Uma vez que melhorada a distribuição de renda e riqueza, as pessoas vendem a casa e compram novo imóvel, noutra área do perímetro urbano, de certo mais barato, e obtém lucro. O outro imperativo, o tecnológico, diz respeito a facilidade de transporte. A locomoção da população por modernos meios de transporte facilita a expansão urbana.

BANFIELD complementa:

> "... dada uma taxa de crescimento populacional, uma tecnologia do transporte e uma distribuição de renda, certas conseqüências devem inevitavelmente resultar; que a cidade e o seu hinterland devem se desenvolver de acordo com um padrão previsível, e que mesmo um governo onipotente e onisciente nunca poderá mudar esse padrão, exceto se, for capaz de mudar a lógica que lhe deu origem."
>
> O argumento não é que nada pode ser feito para melhorar as coisas. Pelo contrário, afirmamos que podem ser feitas aquelas coisas que se situam dentro dos limites – algo estreito, é certo – fixados pela lógica do processo de crescimento. Tampouco se argumenta que os únicos fatores que influenciam o desenvolvimento metropolitano se relacionam com a população, a tecnologia e a renda. Um número incontrolável de outros fatores também o influenciam..." (pág 37)

BALAN (1974) escreveu:

> " A localização industrial no eixo Rio-São Paulo obedeceu basicamente a concentração naquelas cidades e em sua regiões, de influência do principal mercado consumidor, que cresceu rapidamente ligado à expansão do café, da disponibilidade demão-de-obra qualificada, de origem imigrante e do sistema de comunicações que, originalmente útil para canalizar as exportações, serviu também para integrar o mercado em nível regional..." (pág.146)

Não apenas Balan, mas outros autores relacionam o crescimento urbano com a industrialização.

Hauser e Schmore citados por Outhwaite (1992) afirmam que em países industrializados, ¾ da população vivem agora nas cidades com mais de 100 mil habitantes ou nas áreas suburbanas de grandes metrópoles de muitos milhões de pessoas, enquanto se calcula que no final do século a maioria da população do mundo estará em áreas urbanas.

> Sposito (2000) " Foi grande o impulso tomado pela urbanização a partir do pleno desenvolvimento da industrialização. Tomamos aqui o uso do termo urbanização no sentido de aumento da população que vive em cidades em relação à população total. Logo, este sentido pressupõe a diminuição relativa da população rural" (pág. 49)
>
> " A nossa urbanização resulta das formas tomadas pelo desenvolvimento do capitalismo, que se traduz na articulação das relações econômicas, sociais e políticas existentes entre os países "desenvolvidos" e "subdesenvolvidos". Poderíamos dizer, em outras palavras, que a nossa urbanização resulta do processo de transnacionalização da indústria ocidental (a do "centro"), abarcando os espaços periféricos e desorganizando e/ou se apropriando das formas de produção tradicionais destes ´países" (pág 10)

Grande tem sido o debate sobre o urbanismo nos países industrializados de tal sorte que ele é considerado um fenômeno exclusivo, inevitável e progressivo do desenvolvimento industrial.

Manacapuru tem uma tradição agrícola. O setor secundário da economia é assentado na indústria de beneficiamento de produtos regionais e poucas são as unidades. Elas não têm capacidade para emprego do contingente humano imigrado para a cidade, egressos do campo e de outras localidades visto que em 2004 havia apenas 59 empresas industriais de pequeno e médio porte.

De outro lado, as atividades ligadas ao setor terciário da economia tem crescido bastante com instalações de agências bancárias e outros tipos de serviços públicos ou privados.

A Tabela 1.2 permite perceber quão grande foi a evolução da população do município de Manacapuru e o aumento da participação relativa da população urbana. A população do município de Manacapuru aumentou de 27.350 habitantes, em 1950, para 73.695 habitantes, em 2000, e participação relativa da população urbana de 11,6%, em 1950, para 64,7%, em 2000.

Tabela 1.2 – População do Município de Manacapuru – 1950-2000.

Ano	População			Participação Relativa da População	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1950	27.350	3.167	24.183	11,6	88,4
1960	41.703	5.021	36.682	12,0	88,0
1970	49.469	7.232	42.237	14,6	85,4
1980	61.018	18.230	42.788	29,9	70,1
1991	57.173	36.019	21.154	63,0	37,0
2000	73.695	47.662	26.033	64,7	35,3

FONTE: IBGE – Censos Demográficos – 1950-2000

Na década de cinqüenta a população do município de Manacapuru apresentou a maior taxa de crescimento decenal da segunda metade do Século XX (52,5%) impulsionada pela expansão da produção de juta, cresceu a taxas menores nas décadas de sessenta e setenta e decresceu na década de oitenta, em função do desmembramento dos distritos de Beruri e Caapiranga[1], e voltou a crescer a taxas elevadas no período 1991-2000, impulsionado pela imigração da população rural e dos municípios vizinhos (Tabela 1.3).

A população urbana do município de Manacapuru teve o auge do seu crescimento na década de setenta, quando atingiu a taxa geométrica média de crescimento anual de 9,69%, mas foi na década de oitenta que apresentou o maior crescimento urbano absoluto (17.789 habitantes) (Tabelas 1.2 e 1.3).

Tabela 1.3 – Taxa de Crescimento da População do Município de Manacapuru – 1950-2000.

Período	Taxa de Crescimento no Período			Taxa média de Crescimento Anual		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1950-1960	52,5	58,5	51,7	4,31	4,72	4,25
1960-1970	18,6	44,0	15,1	1,72	3,72	1,42
1970-1980	23,3	152,1	1,3	2,12	9,69	0,13
1980-1991	-6,3	97,6	-50,6	-0,59	6,39	-6,20
1991-2000	28,9	32,3	23,1	2,86	3,16	2,33

FONTE: IBGE – Censos Demográficos – 1950-2000

Na zona rural, o crescimento geométrico médio anual da população que foi de 4,25% ao ano na década de cinqüenta, em função da forte migração-

[1] O Censo de 1980 registrou uma população de 10.188 habitantes no distrito de Beruri e de 12.143 no distrito de Caapiranga. Censo Demográfico de 1980 – Dados Distritais.

rural urbana baixou para 1,42% ao ano na década de sessenta, para apenas 0,13% na década de setenta e decresceu a 6,2% ao ano no período 1980-1991, em função do desmembramento dos distritos de Beruri e Caapiranga[2], o que implicou num decréscimo absoluto de 21.634 habitantes no período (Tabelas 1.2e 1.3).

No período 1991-2000, acompanhando uma tendência verificada no Estado do Amazonas, voltou a crescer a 2,33% ao ano, o que contribuiu para o crescimento absoluto no período de 4.879 habitantes, o que pode ser considerado um crescimento tímido em relação a década de cinqüenta, mas excessivamente alto se comparado a década de setenta e oitenta (Tabelas 1.2 e 1.3).

O fenômeno, no entanto não é apanágio do Município de Manacapuru, a Tabela 1.4, montada com base nos dados do IBGE, mostra o que aconteceu com a população urbana e rural dos municípios mais próximos de Manacapuru e Manaus no período 1991-2000. Todos experimentaram crescimento populacional na área urbana, com destaque para Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva que apresentaram crescimento decenal de mais de160% e Iranduba com 55,2%. Deve-se ressaltar que durante esse período a população urbana de todos os municípios próximos de Manaus e Manacapuru apresentaram taxas positivas de crescimento (Tabelas 1.4 e 1.5).

Tabela 1.4 - População dos Municípios Próximos a Manaus - 1980–2000

Município	1980			1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Careiro	35.389	1.377	34.012	31.816	4.328	27.488	27.554	5.877	21.677
Careiro da Várzea	-	-	-	18.161	707	17.454	17.267	806	16.461
Iranduba	-	-	-	18.876	6.403	12.473	32.303	9.940	22.363
Itacoatiara	53.035	27.097	25.938	58.757	37.380	21.377	72.105	46.465	25.640
Manacapuru	61.018	18.230	42.788	57.173	36.019	21.154	73.695	47.662	26.033
Novo Airão	3.680	1.200	2.480	14.024	5.980	8.044	9.651	6.984	2.667
Pres. Figueiredo	-	-	-	7.089	3.232	3.857	17.394	8.407	8.987
R. P. da Eva	-	-	-	6.519	2.343	4.176	17.582	6.232	11.350

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000

[2] A População rural de distrito de Beruri era de 9.770 habitantes e a de Caapiranga de 11.254 habitantes em 1980. Censo Demográfico de 1980 – Dados Distritais.

A população rural também cresceu nesse período nos municípios de Itacoatiara (19,94%), Iranduba (79,29%), Presidente Figueiredo[3] (133,00%) e Rio Preto da Eva (171,79%), entretanto, decresceu no município do Careiro[4] (21,14%), Careiro da Várzea (5,69%) e Novo Airão[5] (66,85%) (Tabelas 1.4 e 1.5).

Tabela 1.5 – Crescimento da População dos Municípios Próximos a Manaus - 1991–2000

Município	Ta a Decenal			Taxa Geométrica Média Anual		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Careiro	-13,4	35,8	-21,1	-1,59	3,46	-2,60
Careiro da Várzea	-4,9	14,0	-5,7	-0,56	1,47	-0,65
Iranduba	71,1	55,2	79,3	6,15	5,01	6,70
Itacoatiara	22,7	24,3	19,9	2,30	2,45	2,04
Manacapuru	28,9	32,3	23,1	2,86	3,16	2,33
Novo Airão	-31,2	16,8	-66,8	-4,07	1,74	-11,54
Pres. Figueiredo	145,4	160,1	133,0	10,49	11,21	9,85
R. P. da Eva	169,7	166,0	171,8	11,65	11,48	11,75

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000

1.4. A migração e o crescimento urbano de Manacapuru

O crescimento da população urbana de Manacapuru, em parte deve-se a imigração da população rural do próprio município e também da população dos municípios vizinhos. A pesquisa de campo realizada com 110 famílias de imigrantes residentes na sede do município mostra que 49,09% são originárias dazona rural do próprio município e 50,91% de outros municípios, entre as quais se destacam Manaus com 14,55% das famílias, Anama, Anori e Beruri com 5,45% cada um, Caapiranga com 3,64% e Codajás com 2,73% (Tabela 1.6).

Tabela 1.6 – População Migrante Segundo o Lugar de Última Residência

Localidade	Freqüência Absoluta	Freqüência relativa (%)
Amamã	6	5,45
Anori	6	5,45
Barcelos	1	0,91
Beruri	6	5,45

[3] O Censo Demográfico de 2000 registrou 3.632 pessoas oriundas de outras unidades da federação que tinham migrado para o municio de Presidente Figueiredo e 2.830 para o município de Rio Preto da Eva nos dez anos anteriores ao censo

4 Perdeu área rural para formar o município de Careiro da Várzea.

5 Perdeu área rural para formar o município de Iranduba.

Caapiranga	4	3,64
Carauari	1	0,91
Castanho	1	0,91
Coari	1	0,91
Codajás	3	2,73
Eirunepé	1	0,91
Juruá	1	0,91
Manaquiri	2	1,82
Manaus	16	14,55
Novo Airão	3	2,73
Porto Velho	1	0,91
Peru	1	0,91
Tapauá	2	1,82
Zona Rural de Manacapuru	54	49,09
Total	110	100,00

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2004

1.5. Econômico

O processo migratório tem, a partir dos dois últimos séculos, sido tema aos estudiosos sociais, em que pese os fenômenos promovedores dos deslocamentos humanos serem tão antigos.

As migrações do campo para a cidade podem constituir solução, a curto prazo, para as pessoa migrantes mas em futuro bem próximo tal prática pode representar problemas para as comunidades que as acolhe. Problemas de ordem social e econômico haja vista que aquele que busca encontrar emprego poderá decepcionar-se uma vez que o mercado de trabalho não tão organizado nem de extensão capaz de absorver uma população econômica crescente. Se bem que as atividades econômicas urbanas cresçam, chega o momento em que elas são impotentes para agregar mão-de-obra que sai do campo, embora barata. E, até algumas pessoas habilidosas não conseguem local de trabalho, assim mesmo, tratam de procurar em algum lugar uma vida melhor.

RAVESNSTEIN no seu trabalho denominado as leis da migração distingue como causas principais da migração as questões econômicas, assim escreveu:

> “ Leis mais ou menos opressivas, tributação onerosa, clima insalubre, ambiente social incompatível e, até mesmo coerção (tráfico de escravos, deportação para colônias penais) produziram e continuam produzindo correntes migratórias, conquantonenhuma delas seja comparável em volume à que resulta do

> desejo inerente da maioria à maioria dos homens de melhorar sua situação material.”

Claro o pensamento de RAVENSTEIN da importância do fator econômico como instrumento de mudança. É compreensível que o desejo do homem deixar sua terra não é variável dependente exclusivamente de vontade, mas pode estar influenciado por outros fatores.

1.6. Fatores de expulsão e de atração

SANTOS (1997) ensina que fatores dinâmicos atuam no sentido de estimular a atração que os centros urbanos exercem sobre o trabalhador rural e, também, no de acelerar o processo de expulsão desse trabalhador do campo, em conseqüência da perda de emprego acarretado pela modernização da agricultura.

Ela considera dois fatores responsáveis pela expulsão do homem do campo os quais denominou de fatores de: a – mudança, eles fazem parte do processo de desenvolvimento econômico: da industrialização e mais modernamente, na terceirização da economia (desenvolvimento do setor financeiro, da informática, da prestação de serviços, das comunicações, etc), alem, do desenvolvimento da agricultura em bases empresariais (modernização pelo uso de técnicas e pela automatização, com a introdução de tecnologia mais moderna) e b – de estagnação. Em geral, o êxodo rural relaciona-se a dois fatoresdiferentes, um deles é o fator de estagnação ou de decadência. Ocorre pela incapacidade da agricultura de subsistência de elevar a produtividade da terrapara atender as necessidades produzidas pelo crescimento econômico. (p.49-50)

SINGER (1978), além dos fatores considerados pela autora anterior, reporta-se aos fatores que orientam os fluxos migratórios. Ele relaciona entre os atrativos da migração a demanda por força de trabalho industrial e de serviços quer sejam estes prestados pelas empresas públicas quer por indivíduos autônomos e complementa: “... esta demanda por força de trabalho como proporcionando “oportunidades econômicas” constituem um fator de atração na medida que oferecem uma remuneração mais elevada do que a que o imigrante poderia receber na área de onde provém”.

1.7. As migrações brasileiras

No Brasil, as causas das migrações têm como pano de fundo as questões econômicas e em menor importância as de caráter social e política. Politicamente a migração aconteceu para se efetivar o povoamento e colonização do país que tem início com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz que proibia o tráfico de escravos. Esse momento é o da migração externa que aconteceu em grande intensidade até o início do século XX. Mesmo a migração externa ou estrangeira assentava-se em duas vertentes; econômica e social.

Foi o que aconteceu no caso dos italianos.

A Alemanha vivia um processo de desintegração de sua estrutura feudal, paralelamente á ocorrência de uma revolução agrícola: aumento da produtividade das terras com o emprego de menos mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ocorria maior concentração das terras, isto é, diminuía o número deproprietários e aumentaria a quantidade de terras que cada um possuía. Os pequenos produtores rurais, os servos da gleba do período feudal perderam o direito de trabalhar e sobreviver com esse trabalho (Berenice).

Em relação à colônia italiana esta migrou porque, embora o capitalismo haja expandido no norte, as condições de pobreza da agricultura não sofreu alteração e, na carência de reservas minerais para acompanhar o desenvolvimento industrial da época limitou-se a explorar uma fraca indústria têxtil. A mão-de-obra continuava, em grande maioria, a trabalhar nos latifúndios do sul e nas pequenas plantações no norte. A saída que os agricultores encontraram foi a de imigrarem. Os japoneses também vieram para o Brasil pelas mesmas causas.

Ainda duas causas contribuíram para que o Brasil implementasse e incentivasse a imigração estrangeira: o objetivo de desenvolver uma agricultura direcionada para o mercado interno e a criação de um mercado para a cafeicultura.

A migração interna brasileira é bastante intensa a partir da década de trinta do século XX, com a saída do campesino da roça que se dirigiram inicialmente para o sudeste em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Houve também um movimento muito intenso do nordeste para o Norte.

Nos anos 60 o movimento deu-se da Região Nordeste para a do Norte e, para o Sudeste e desta região e da região Sul para a do Centro-Oeste.Já nos anos 70, o Nordeste continua mandando gente para o Sudeste e para o Sul e estas duas regiões liberam habitantes para o Centro-Oeste e para o Norte.E continua nos dias atuais a caminhada de brasileiros em busca do Norte, deve- se isso a expansão da fronteira econômica e o surgimento de melhores oportunidades.

1.8. As migrações no Amazonas

No Estado do Amazonas as correntes migratórias não se realizaram diferentemente das do Brasil. Elas estiveram sempre vinculadas a fatores econômicos por mais distantes que sejam.

Inicialmente a Coroa Portuguesa através de suas expedições de penetração, visava proteger as fronteiras, assegurar os limites coloniais, essa questão política entrelaçou-se com os motivos econômicos quais sejam; a coleta das drogas do sertão, muito aceitas no continente europeu e a submissão do gentio ao trabalho.

Em meado do século XIX a borracha desponta nas exportações, na região há falta de pessoas para a exploração dos seringais; nordestinos e estrangeiros formavam as correntes migratórias que durou até a decadência da borracha em 1911. Com o declínio da economia gomífera – a economia amazonense dependia da mercadoria borracha – a vinda dos nordestinos, em que pese as dificuldades pelas quais passavam nas localidades de origem provocadas pelas secas, perdeu ímpeto, isso também aconteceu com os outros migrantes nacionais.

A desistência de migrar para o Amazonas encontrava ressonância na falta de atrativos. Com a crise, alguns deixaram os seringais, outros continuaram no interior, empregaram a força de trabalho em cultura de subsistência.

Quando do advento da Segunda Guerra Mundial os nordestinos retornam aos seringais, era premente a necessidade de borracha, mas outro revés acontece na economia e uma grande quantidade de pessoas migra de retorno aos lugares de origem.

No que diz respeito a migração interna, no intervalo entre os últimos anos da década de quarenta, nos anos cinqüenta, na primeira metade dos anos sessenta, lentamente a população hinterlandina passou a seguir caminho para Manaus.

Após o meado dos anos sessenta a economia do Estado que ainda se assenta na agricultura, no extrativismo e na indústria de beneficiamento dos produtos regionais passa por nova crise. Essa situação aliada a reorganização da Zona Franca de Manaus deu impulso a novo fluxo migratório, desta feita não para o interior, mas para a capital em cujas atividades econômicas residia a expectativa de melhora de vida.

Com a instalação da Zona Franca a economia prosperou, a mão-de-obra ociosa que nela havia e a advinda do interior, com a benesse dos incentivos fiscais, foram ocupadas. Os níveis de renda e de salários cresceram. A economia de Manaus ingressa em rápido crescimento; o comércio expande-se; esse subsetor econômico é o primeiro a receber os benefícios fiscais. O turismo de compra experimenta um crescimento. Estes dois segmentos propiciaram o surgimento da demanda por outros tipos de serviços, e a conseqüência foi o crescimento de oferta de emprego.

A indústria que se instala após o comércio abriu espaço para novas procuras de mão-de-obra, a atividade industrial que, inicialmente prendia-se a montagem de aparelhos eletro-eletrônicos verticalizou-se e expandiu-se na diversificação e mais empregos foram ofertados. Concomitante ao crescimento

diversificado da indústria de transformação, o mercado imobiliário se fortaleceu e com ele a expansão da indústria de construção civil. Isso tudo implicou num aumento dos níveis de renda dos moradores de Manaus, o que acelerou as imigrações do interior para a capital. Segundo o IBGE em 2000 habitavam em Manaus 49,66% da população do estado. E nela está concentrada a renda que chega a ser em torno de mais de 95%, ou seja, a capital economicamente é próspera e os municípios são pobres.

2. MOTIVOS DA IMIGRAÇÃO

> Quanto ao urbano, ele só pode se constituir e favorecer o “habitar” invertendo a ordem **estatista** e a estratégia que organiza globalmente o espaço, de maneira coercitiva e homogeneizante, absorvendo, por conseguinte, os níveis subordinados, o urbano e o habitar. Lefebvre, Henri

> Povoai igualmente o território, estendei por toda parte os mesmos direitos, levai-lhe a fartura e a vida, é assim que o Estado se tornará, a um só tempo, o mais forte e o melhor governado possível. Rousseau, Jean-Jacques

Procurou-se encontrar os motivos que proporcionaram o deslocamento de pessoas de outras localidades para a área urbana do Município de Manacapuru, assim as consultas foram direcionadas as pessoas que emigraram de outras municípios ou da zona rural do próprio Município. (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Motivos da Migração para Manacapuru

Motivos	Nº de freqüência	Freqüência relativa (%)	Freqüência acumulada
Econômico	38	34,55	34,55
Educacional	27	24,55	59,09
Familiar	17	15,45	74,55
Saúde	9	8,18	82,73
Residencial	7	6,36	89,09
Enchente	4	3,64	92,73
Segurança	4	3,64	96,36
Outros motivos	4	3,64	100,00
Total	110	100,00	

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2004

Os motivos que impulsionaram a saída do local da última residência em busca da zona urbana de Manacapuru são: econômico, (34,5%) educacional (24,55%), familiar (15,45%), saúde (8,18%), residencial (6,36%), enchente

(3,64%), segurança (3,64%) e outros (3,64%) estes vinculados a infortúnio dos informantes (Tabela 2.1).

2.1. Econômicos

O motivo econômico é o primeiro responsável pela maioria das imigrações para Manacapuru. Por esse fato deixaram seu último endereço, 34,6% dos imigrantes. É um número considerável como fator de expulsão ou de atração.

Nesse campo, três foram os blocos de situação de determinantes migratórios: melhorar de vida, emprego e transferência de trabalho.

No grupo de 38 pessoas que elegeram as condições econômicas para migrar, 23 chefes de família – 60,5% - o fizera pensando em melhorar de vida. Mudar de vida não corresponde, evidentemente, simplesmente a melhora darenda, mas envolve outras questões. Mas as pessoas entrevistadas que se enquadram nesse subgrupo migraram porque não havia mais condições de morarno interior, outras afirmaram que não dava mais nem para sobreviver, e algumas indicaram a falta de dinheiro. Para 11, ou seja, para 29% a causa foi a mudança de atividade ou procurar emprego, e 4 (10,5%) saíram porque foram transferidos pelo empregador. (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Imigração para Manacapuru por motivo econômico

Freqüência	Situações			Total
	Melhorar de vida	Procurar Emprego	Transferência de Emprego	
Absoluta	23	11	4	38
Relativa	60,5	28,9	10,5	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2004

Alguns depoimentos dos imigrantes:

Imigrante masculino, 63 anos:

"Mudei pra procurar melhorar de vida, já basta de sofrimento".

Imigrante masculino, 38 anos:

"Não tinha mais condição de morar no interior"

Imigrante feminino: 22 anos:

> " A condição de vida no interior é muito pouca, eu queria mudar de vida"

A melhoria de vida por cujo motivo se definiram 23 pessoas abordadas é bastante ampla, envolve não só apanágio do emprego da mão-de- obra, mas também se vincula a saúde, educação, segurança (neste trabalho são motivos apontados), saneamento, energia elétrica, transporte.

Apreciando a Tabela 2.3 que expõe a situação dos imigrantes segundo a oferta de serviços públicos, no lugar de última residência, constata-se que é bastante precário,não conseguindo atender as necessidades da população que se vê obrigada a buscar a satisfação na sede do próprio município ou de outros municípios mais próximos.

a) No quesito água encanada, 95 informaram indispô-la, ou seja, 86,4% das consultas realizadas.

b) Para 56 pessoas (50,9%) não havia fornecimento de energia elétrica.

c) Para 32 dos informantes (29,1%) não havia ensino fundamental na localidade onde residiam e 94 (85,5%) informaram que não havia ensino médio, ressalte-se que em doze localidades deorigem dos migrantes não havia qualquer tipo de escola;

d) No item segurança pública, 72 informantes (65,5%) disseram não contar com esse serviço.

e) No item assistência médica a situação é precária: 44 imigrantes disseram que o atendimento médico só acontece por agente de saúde, curandeiro, benzedeira e uso de remédio caseiro. Trinta eram atendidos em posto médico e 36 em hospital.

Tabela 2.3 – Atendimento por serviços públicos no lugar de última residência do informante

Serviços Públicos	Freqüência Absoluta			Freqüência Relativa		
	Atendidos	Não Atendidos	Total	Atendidos	Não Atendidos	Total
Água encanada	15	95	110	13,6	86,4	100,0
Energia elétrica	54	56	110	49,1	50,9	100,0
Ensino fundamental	78	32	110	70,9	29,1	100,0
Ensino médio	16	94	110	14,5	85,5	100,0
Segurança pública	38	72	110	34,5	65,5	100,0
Assistência médica [1]	91	19	110	82,7	17,3	100,0

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto de 2004

[1] 36 famílias eram atendidas em hospitais públicos, 30 em posto de saúde, 25 por agentes de saúde e as demais por curandeiros e benzedeiras

O ambiente rural de Manacapuru e dos outros municípios não é diferente no que tange o oferecimento de condições para a fixação do homem.

Dos 23 informantes que imigraram para melhorar de vida, 19 exerciam atividades do setor primário. Ao mudarem para o perímetro urbano, alguns alteraram seu labor anterior e passam a trabalhar na construção civil, no comércio ambulante, na indústria, no comércio, e no serviço público (Tabela 2.4).

Todos tinham atividade econômica, todavia, hoje há dois desempregados e três aposentados, e somente um continua na sua atividade econômica anterior – um pescador (Tabela 2.4).

Desses 23 que migraram por razões econômicas – para melhorar de vida – somente um tinha condução própria no lugar de última residência, os demais se locomoviam de motor de recreio, canoa, bicicleta ou ônibus de linha. Dois informantes iam para o trabalho a pé (Tabela 2.4).

No que se refere a assistência técnica, 19 não contavam com qualquer apoio nesse sentido, embora a maioria se dedicasse as atividades agropecuárias (Tabela 2.4).

O crédito rural era inexistente para 20 informantes, embora necessitassem para ter melhor desempenho nas suas atividades (Tabela 2.4).

Esses migrantes que buscavam melhoria de vida na zona urbana, passaram a exercer outras atividades, mas somente um no mercado formal de

trabalho, 15 labutavam no mercado informal Profissionalmente é possível dizer-se que houve melhora dos indivíduos, mas todos reclamam da falta de emprego. Na Tabela 2.5 vê-se queda de emprego.

Uma passagem por esta tabela pode-se ver que na família de 10 informantes havia entre 1 a 3 pessoas empregados e que na família de 11 imigrantes havia entre 4 a 6 pessoas trabalhando.

Após a imigração a família de 18 informantes empregam entre 1 a 3 pessoas e apenas 5 famílias empregam entre 4 e 6 pessoas. Isso confirma a denunciação de falta de emprego na sede do município.

Tabela 2.4 - Atividade do informante – imigrou para melhorar de vida

Informante	Atividade Anterior	Condição de Produção								Atividade Atual	Vínculo empregatício		
		Transporte				Assistência Técnica		Acesso ao Crédito					
		1	2	3	4	S	N	S	N		CC	SC	NI
1	Agricultor	X					X		X	Vigia	X		
2	Agricultor		X				X		X	Aposentado			X
3	Agricultor			X			X		X	Operário de Obra		X	
4	Madeireiro			X			X		X	Comerciário		X	
5	Agricultor		X				X		X	Desempregado			X
6	Agricultor		X				X		X	Professor		X	
7	Agricultor			X			X		X	Ambulante		X	
8	Agricultor			X			X		X	Ambulante		X	
9	Agricultor			X			X		X	Serv. público			X
10	Agricultor		X			X			X	Industriário		X	
11	Pescador		X			X		X		Pescador		X	
12	Motorista				X		X		X	Marítimo		X	
13	Agricultor			X			X		X	Carpinteiro		X	
14	Apicultor			X			X	X		Comerciário		X	
15	Serv.público		X							Comerciário		X	
16	Agricultor		X			X			X	Fotógrafo		X	
17	Agricultor			X			X		X	Industriário		X	
18	Agricultor			X			X		X	Aposentado			X
19	Agricultor		X				X		X	Aposentado			X
20	Agricultor			X			X		X	Operário de Obra		X	
21	Pedreiro			X			X		X	Professor		X	
22	Agricultor		X				X		X	Servidor público			X
23	Motorista				X		X		X	Servidor público			X
	Total	1	9 8	11	2	3	19	2	20		1	15	7

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Notas: 1 - Condução própria; 2 - Motor de recreio; 3 – Canoa, bicicleta, ônibus; 4 - Não tinha transporte; CC - Carteira Assinada;; SC – Sem Carteira Assinada; NI - Não Informou

2.2. Situação ocupacional dos imigrantes e familiares

Profissionalmente é possível dizer-se que houve melhora dos indivíduos, mas todos reclamam da falta de emprego. Na Tabela 2.5 vê-se queda de emprego.

Uma passagem por esta tabela pode-se ver que na família de 10 informantes havia entre 1 a 3 pessoas empregados e que na família de 11 imigrantes havia entre 4 a 6 pessoas trabalhando.

Após a imigração a família de 18 informantes empregam entre 1 a 3 pessoas e apenas 5 famílias empregam entre 4 e 6 pessoas. Isso confirma a denunciação de falta de emprego na sede do município.

Tabela 2.5 – Pessoas empregadas por família e renda familiar dos informantes imigraram por uma vida melhor

Quantidade de Pessoas por família	Número d Famílias		Ren a Familiar		
	Antes	Agora	Quantidade de Salários Mínimos	Número de ocorrências	
				Antes	Agora
1 - 3	10	18	1,0 - 2,5	20	14
4 - 6	11	5	3,0 – 4,0	3	7
7 - 9	1		4,5 – 6,0		2
+ 9	1		+ 6,0		
Total	23	23		23	23

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Conforme a Tabela 2.6, onze pessoas elegeram o trabalho como causa para mudarem de residência. Os informantes saíram para procurar emprego ou ainda para mudar de profissão. No campo, as oportunidades de emprego fora das atividades agro-pastoris são remotíssimas, e uma parte da população rurícola vê-se obstruída, e, não encontra os meios nem de sobrevivência muito menos de projeção sócio-econômica.

Mas no caso em estudo, dos onze que indicaram o trabalho, 3 (três) deles, tiveram Manaus como última residência. Um foi transferido pelo empregador e dois encontravam-se desempregados. Para os dois houve expulsão de Manaus.

Nessa mesma esteira 2 residiam na zona rural de Novo Airão e Anori, demonstração de que a situação é a mesma nos outros municípios amazonenses; falta oportunidades de emprego à mobilização social.

Enquanto isso, 4 imigrantes vieram da zona rural de Manacapuru (ZRM).

Os outros 4 residiam na sede dos municípios de Caapiranga, Anori e Novo Airão.

Os que mudaram em razão de transferência do emprego, cerca de 10,5%, se deslocaram de Caapiranga, Manaus e Novo Airão.

Tabela 2.6 - Situação do Informante que migrou por causa de trabalho

Infor-mante	Última Residência	Migrantes empregados		Renda Familiar (R$ 1,00)		Causa da imigração		
		Antes	Atual	Antes	Atual	Transfe-rência	Desem-prego	Mudança de atividade
1	Caapiranga	4	3	1.040	780	X	-	-
2	Novo Airão	2	2	900	260	X	-	-
3	ZRM	4	1	900	260	X	-	-
4	Manaus	2	4	780	1.500	X	-	-
5	Manaus	1	1	250	150	-	X	-
6	ZRM	1	1	260	260	-	-	X
7	ZRM	12	2	250	500	-	-	X
8	Anori	2	1	260	500	-	X	-
9	Manaus	2	2	1.100	800	-	X	-
10	ZRM	2	1	260	260	-	-	X
11	Novo Airão	2	2	520	280	-	-	X
Total		34	20	6520	5550	4	3	4

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/200

Nota: Cabe ressaltar que nas onze famílias que migraram por causa de trabalho, havia 34 pessoas trabalhando auferindo em conjunto o montante de R$ 6.520,00. Atualmente apenas 20 trabalham e auferiam uma renda total de R$ 5.550,00 (Tabela 2.6).

Em Manacapuru as famílias dos informantes que imigraram, considerando o fator trabalho, o quadro é: o informante 5 migrou de Manaus, na família dele havia uma pessoa empregada, após a imigração, uma pessoa apenas está empregada embora o número de empregado seja o mesmo houve redução na renda familiar. O informante 8 de Anori, antes de imigrar havia na família duas

pessoas com emprego mas, no destino, há apenas uma pessoa empregada; osalário desta supera a renda dos dois. Para outro informante originário de Manaus não modificou, o número de pessoas empregadas na família (2), mas houve quedana renda familiar.

Com a mudança, algumas famílias tiveram melhora de renda; primeiro por haver mudado de atividade, segundo o número de pessoas empregadas na família aumentou. No geral a renda do grupo reduziu. O nível de salário na cidade pesquisada é pequeno (Tabela 2.6).

Não importa a causa da imigração, uníssonos os informantes reclamam de falta de emprego.

2.3. Ocupação do imigrante

No que atende a ocupação do imigrante cabe relatar: Dos entrevistados, oitenta e um – 73,6% assentavam suas atividades no setor primário. Eles eram 65,4% formados por agricultores, 1,8%, por madeireiros e 6,4% eram pescadores. Hoje, Estes números reverteram-se, 4,5% são agricultores, nenhum madeireiro e 3,6% continuam na atividade pesqueira.

A economia informal, no caso dos ambulantes, operário naconstrução civil, domésticos e manicure, juntos equivalem a 7,2% dos entrevistados. Após estarem na sede do Município esse tipo de economia se destaca nas atividades de: ambulantes (10%), trabalhador braçal (3,6%), feirante (3,6%)- antes não havia - artesão 0.9%, carpinteiros (1,8%), serviços gerais que também antes não havia, representa 5,5% da mão-de-obra migrada. Isso tudo sem considerar as ocupações de pequena representatividade como a de construção naval, fotógrafo, e mecânico.

A indústria passa de 2,7% para 10%, servidor público representa 9,1% das atividades econômicas. Crescem os empregos domésticos de 0,9%para 4,5% e o emprego na construção civil que antes era de 2,7% passa para 4,5%. (Tabela 2.7).

Tabela 2.7- Situação Ocupacional dos Imigrantes

Lugar de Última Residência			Manacapuru		
Ocupação	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa	Ocupação	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa
Agricultor ***	72	65,4	Agricultor	5	4,5
Ambulante *	3	2,7	Ambulante	11	10,0
Aux. Administrativo	2	1,8	Artesão	1	0,9
Comerciário	4	3,6	Aposentado	12	10,9
Comerciante	1	0,9	Aux. Administrativo	2	1,8
Construção Civil **	3	2,7	Braçal	4	3,6
Doméstico	1	0,9	Carpinteiro	2	1,8
Industriário	3	2,7	Comerciante	2	1,8
Madeireiro	2	1,8	Comerciário	10	9,1
Marítimo	1	0,9	Construção Naval	1	0,9
Manicure	1	0,9	Construção Civil	5	4,5
Motorista	1	0,9	Doméstica	5	4,5
Padeiro	1	0,9	Feirante	4	3,6
Pescador	7	6,4	Fotógrafo	1	0,9
Servidor Público	4	3,6	Industriário	11	10,0
Soldador	1	0,9	Mecânico	1	0,9
Vigia	1	0,9	Marítimo	2	1,8
Não informou	2	1,8	Motorista	1	0,9
			Oper. de Máquina	2	1,8
			Padeiro	1	0,9
			Pescador	4	3,6
			Servidor Público	10	9,1
			Serviços Gerais	5	5,5
			Soldador	1	0,9
			Vigia	2	1,8
			Não informou	4	3,6
Total	110	100,0		110	100,0

Fonte: Pesquisa realizada em agosto/2004

Notas: * Incluindo churrasqueiros, vendedores autônomos, relojoeiro, etc.; ** Pedreiro e ajudante de pedreiro; *** Criador de animais incluídos

A classe comerciária aumentou de 4,5% para 9,1%. O motivo econômico é relevante uma vez que a economia se reporta a produção, a distribuição e ao consumo, sua influência é destacada no comportamento do homem principalmente quando se trata de modificar sua vida. O fato econômico reflete diretamente na vida do homem, isso não foi diferente com Manacapuru. Como em todas as sociedades capitalistas a área urbana exerce também pressão positiva e de caráter negativo, isto é, há nela fatores de atração e de expulsão.

João XXIII na encíclica Mater et Magistra disse:

> “ A relação entre o crescimento demográfico, por um lado e o desenvolvimento econômico e disponibilidade de meios de subsistência, por outro, não parece, pelo menos agora e em um futuro próximo, que crie dificuldades: em todo caso, são por demais incertos e oscilantes os elementos de que dispomos para poder tirar conclusões seguras (...)
>
> A verdadeira solução se encontra somente no desenvolvimento econômico e no progresso social que respeitem e promovam os verdadeiros valores humanos, individuais e sociais; isto é, desenvolvimento econômico e progresso social efetuados no âmbito moral, de conformidade com a dignidade humana e com o imenso valor que é a vida de cada um dos seres humanos; e obtidos em colaboração de escala mundial, a fim de permitir e fomentar a circulação ordenada de conhecimentos úteis, de capitais e de homens”.

Sua Santidade nessa homilia em primeiro plano não se define pela relação entre desenvolvimento econômico e o crescimento demográfico, no entanto, no segundo momento se reporta ao desenvolvimento econômico e o relaciona ao processo social e mais acredita ele que o processo social dever-se-ia ampliar sobre a moral e a dignidade do homem e ao final trata da circulação fecunda de conhecimentos úteis de capitais e de homem.

Embora ache inconclusa a relação entre desenvolvimentoeconômico e o crescimento demográfico, Sua Santidade finda por meritar o aspecto econômico à mobilidade social. Esta ilação se chega quando Sua Santidade tratou do relacionamento entre o capital e o homem. Isso se explica pelo fato de o crescimento econômico vir sempre antecipando o desenvolvimento econômico e para que haja mobilidade social é necessário investir no capital humano, essa é a inteligência do texto.

Em que pese o número de habitantes analfabetos nas áreas urbana e rural em Manacapuru, os governos estadual e municipal têm investido no melhoramento da mão-de-obra haja vista os cursos de ensino superior instalados.

Os informantes que imigraram (38) tendo o fator econômico por motivo, em dezenove famílias havia entre uma e três pessoas empregadas; em quatorze famílias havia entre quatro a seis elementos empregados e cinco delas, mais de seis pessoas empregadas. Após a imigração, em trinta e uma famílias havia entre um a três pessoas empregadas, e sete empregavam entre quatro a seis pessoas (Tabela 2.8).

Tabela 2.8 – Manacapuru - Situação da Família Conforme a Idade do Imigrante

Idade	Pessoas Trabalhando						Aposentado
	Antes			Agora			
	1 - 3	4 - 6	+ 6	1 - 3	4 - 6	+ 6	
20 – 24	2	---	1	1	2	---	---
25 – 29	4	2	1	8	---	---	---
30 – 34	2	1	1	4	---	---	---
35 – 39	4	4	---	7	1	---	---
40 – 44	1	5	1	5	1	---	---
45 – 49	1	---	---	1	---	---	---
50 – 54	---	---	---	---	---	---	---
55 – 59	2	---	---	1	1	---	---
60 e mais	1	2	1	2	2	---	1
Não informaram	2	---	---	2	---	---	---
Total	19	14	5	31	7	---	1

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Anterior ao deslocamento, trinta e três famílias teriam renda até dois salários mínimos. A renda de quatro famílias estava entre três a seis salários mínimos e apenas uma família tinha renda acima de seis salários mínimos.Ocorrida à imigração, nenhuma família ganha mais de seis salários mínimos,cinco delas ganham entre três e seis salários mínimos e trinta e duas famílias reúnem renda de até dois salários mínimos, como mostra a Tabela 2.9. A situaçãodas famílias olhada sob este ângulo era melhor antes de mudarem para o perímetro urbano.

Tabela 2.9 – Manacapuru - Situação da Família Conforme a Idade do Imigrante

Idade	Renda Familiar em SM					
	Antes de Migrar			Agora		
	- 1- 2	3 – 6	+ 6	1 a 2	3 – 6	+ 6
20 – 24	2	---	1	---	3	---
25 – 29	7	---	---	7	---	---
30 – 34	4	2	---	6	---	---
35 – 39	7	---	---	7	---	---
40 – 44	6	1	---	5	1	---
45 – 49	1	---	---	1	---	---
50 – 54	---	---	---	---	---	---
55 – 59	2	---	---	2	---	---
60 e mais	3	1	---	3	1	---
Não informaram	1	---	---	1	---	---
Total	33	4	1	32	5	---

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

2.4. Motivo Educação

> " A "solução" mais corretamente recomendada para os problemas da cidade é mais e melhor a instrução. Quase nada existe que uma pessoa não espere realizar por esse meio" Banfield, Edward

A educação, é, na verdade o caminho pelo qual – não é o único, evidentemente – o indivíduo possa mobilizar-se na sociedade. Ela se constitui num processo em que o grupo social adquire, e acumula conhecimentos particularizados (científicos, artísticos, especializados) e/ou gerais, Por esses instrumentos, o homem é capaz de impulsionar as transformações que a sociedade exige, haja vista o dinamismo dela.

O homem de boa formação educacional pode dominar a natureza em seu benefício. Inegável que a mão-de-obra de bom nível educacional pode encontrar melhor emprego, melhor salário.

Pastore e Silva (2000) estudando a mobilidade social dos indivíduos afirmaram:

> "A educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vem crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento sócio-econômico das pessoas na hierarquia social" (p. 40)

e continuam:

> "... um dos principais problemas estruturais da sociedadebrasileira é o baixo nível educacional da população."

Pastore demonstrou a relação que existe entre a escolaridade dos pais com a dos filhos, ou seja, a probabilidade de ascensão social dos filhos de pais com maior nível educacional é maior, do que a dos filhos cujos pais tem baixo nível. E mais, na zona urbana há mais futuro. E escreveu:

> " Entretanto, as zonas urbanas contrastam nitidamente com as rurais. No mundo urbano, a mobilidade social é muito mais intensa do que no rural. As boas chances de mobilidade social no Brasil continuam localizadas nas cidades..." (ob. cit. p.57)

Realmente, nas sedes das cidades, as opções, as oportunidades são bem maiores, porque grande número de escolas, nos três graus de ensino

concentram-se na área urbana. Isso nos remete a considerar outra situação; a de que os filhos de analfabetos entram no mercado de trabalho mais cedo, em média 11,3 anos de idade, enquanto isso, os pais com mestrado/doutorado tem seus filhos ingressando no mercado de trabalho com 19,6 anos de idade. Quadro 1.

Quadro 1 - Educação dos pais e médias de idades dos filhos no início da carreira

Nível de educação dos pais	Idade média dos filhos
Analfabetos	11,3
Elementar incompleto	11,2
Elementar completo	13,5
1º Grau incompleto	14,5
1º Grau completo	15,4
2º Grau incompleto	15,5
2º Grau completo	16,8
Superior incompleto	15,5
Superior completo	17,5
Mestre ou doutorado	19,6

Fonte: Pastore, ob., cit. p. 38

O quadro acima permite-nos observar que há uma gradação temporal e uma relação bastante pequena entre o grau de escolaridade dos pais com a idade cronológica dos filhos para o início das atividades laborativas.

Chama atenção, por exemplo a relação da diferença de idade entre os filhos dos pais analfabetos e os que possuem o ensino elementar incompleto, 11,3 e 11,2 respectivamente; da mesma forma os filhos de pais com primeiro grau incompleto, primeiro grau completo e segundo grau incompleto. Os filhos deles começam a trabalhar na faixa de idade da adolescência. Enquanto isso a média da diferença de idade dos filhos das pessoas com nível superior incompleto ao filho do doutorado é de dois (2) anos.

De outro modo, o nível educacional dos pais reflete seriamente no futuro dos filhos. Filhos de pais que nunca freqüentaram escola apresentam baixa permanência na escola, 3,2 anos, na outra ponta, os filhos de pais com nível superior alcançam 13,1 anos de escolaridade. E no caso de nível médio completo os anos de estudo dos filhos é de 11,8 anos. (Quadro 2}

Quadro 2 - Educação dos pais Escolaridade Média dos Filhos

Nível educacional dos pais	Anos de estudo dos filhos
Nunca freqüentou escola	3,2
Elementar incompleto	5,7
Elementar completo	8,3
1º Grau incompleto	9,1
1º Grau completo	10,5
2º Grau incompleto	11,3
2º Grau completo	11,8
Superior incompleto	11,7
Superior completo	13,1
Mestre ou doutorado	14,0
Total	5,7

Eta2 = 0,33
Fonte: Pastore, ob cit. p. 41

4.2.1. A escolaridade dos imigrantes e filhos

Às perguntas sobre o motivo que levam o entrevistado a migrar para a sede do município de Manacapuru, 25% responderam, que mudaram em virtude de na localidade em que viviam não haver escola, o ensino era fraco (apenas as séries iniciais), pela falta de estrutura da escola ou ainda para que os filhos conseguissem outro grau escolar. Os imigrantes mais novos informaram quesaíram da zona rural para estudar.

Eis algumas declarações:

Imigrante masculino, 46 anos:

“Mudei para os meus filhos estudarem, para melhorar de vida”.

Imigrante feminino 57 anos:

“A gente só melhora de vida se estudar”.

Imigrante masculino, 58 anos:

“Para procurar melhor estudo”.

Imigrante feminino, 28 anos:

“Para terminar os estudos”.

Dois foram os grupos de informantes, uns mudaram para que os filhos estudassem e outros deixaram seu último endereço para poder, eles mesmos estudarem. As declarações acima levam ao entendimento que não precisa ser cientista social para saber a importância da educação no contexto social.

A mudança de residência pelo motivo educação foi assumida pó 27 dos entrevistados. Desse total, 8 deles, o que representa 29,6% era de interessados em estudar e os outros 19 ou 70,4% queriam que os filhos estudassem.

Dos 27 que decidiram pela importância da educação cinco (5) são analfabetos, um (1) concluiu o ensino fundamental, dezesseis (16) possuem o ensino fundamental incompleto e um (1) não chegou a concluir o ensino médio, mas quatro (4) concluíram-no.

Convém destacar que dos 19 pais que imigraram para os filhos estudassem, uns filhos continuam estudando, outros, estudam e trabalham. Os que saíram a fim de estudar permanecem estudando (Tabela 2.10)

Tabela 2.10 - Escolaridade do Informante – O Estudo como Motivo da Migração

Idade	Escolaridade					Situação	
	Analfa-betos	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Estudo dos Filhos	Continuar Estudo
		Completo	Incomp.	Completo	Incomp.		
20 – 24	---	---	1	1	---	1	1
25 – 29	---	1	2	3	---	---	6
30 – 34	---	---	2	---	---	1	1
35 – 39	---	---	---	---	1	1	---
40 – 44	---	---	5	---	---	5	---
45 – 49	---	---	3	---	---	3	---
50 – 54	---	---	1	---	---	1	---
55 – 59	3	---	1	---	---	4	---
60 e +	2	---	1	---	---	3	---
Total	5	1	16	4	1	19	8

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Os imigrantes no geral são possuidores de baixa escolaridade. O nível educacional entre analfabetos e os que não conseguiram concluir o ensino fundamental corresponde a 66,36% do total dos que imigraram tendo a educação por motivo.

Distribuídos em 13,64% de analfabetos – 15 imigrantes e 58 ou 52,72% deles não concluíram o ensino fundamental. O grupo que chegou aconcluir o ensino médio é de 10,91% e apenas 1,82% são possuidores de nível superior (Tabela 2.11).

Tabela 2.1 - Grau de Escolaridade dos Imigrantes

ESCOLARIDADE	Frequencia		
	Absoluta	Relativa (%)	Acumulada (%)
Analfabeto	15	13,64	13,64
Ensino Fundamental	73	66,36	80,0
Incompleto	58	52,72	
Completo	15	13,64	
Ensino Médio	20	18,17	98,2
Incompleto	8	7,27	
Completo	12	10,9	
Superior	2	1,8	100,0
Completo	2		
TOTAL	110	100,0	

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Em se tratando dos imigrantes que tiveram a educação dos filhos ou de si mesmo para deslocarem-se e fixarem residência na área urbana de Manacapuru o quadro educacional não é diferente das tabelas acima.

4.2.1. A educação em Manacapuru

A sede do município de Manacapuru é dotada de escolas do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

As vilas, as comunidades do município,no entanto, em sua maioria, contam com salas de aula de até a 4ª série do ensino fundamental. A realidade de Manacapuru é a mesma nas vilas dos outros municípios da última residência. Das vilas visitadas apenas uma é dotada de escola com a 8ª série do ensino fundamental, outras nem escola possuem. Os informantes (chefes de família) como não dispõem de condição financeira para permanecerem no local e manterem seus filhos na sede do município, acompanham-nos, quando não apenas o informante se desloca passando a residir em casa de parentes ou conhecidos para poderem continuar estudando.

Segundo as declarações anteriores e outras que foram registradas, constata-se que o homem está se conscientizando da importância da educação e que somente por ela poderá mudar o seu status na sociedade. Cabe aqui registrar que parte desta conscientização deve-se: ao volume de informações e a facilidade com que elas chegam às pessoas.

BENTES (1983) comentou:

> "...O desenvolvimento das comunicações, à medida que levoumais facilmente os valores e costumes urbanos ao interior, e com eles os preconceitos contra o trabalho da terra e da floresta e a certeza de que só através dos estudos as pessoas humildes podem galgar posições de prestígio e poder, funcionou como incentivo para que pais e filhos migrassem para Manaus." (p. 84)

Estas observações corroboram com as anteriores sobre a importância da educação como instrumento de mobilidade social.

Se bem que seja consenso entre os estudiosos de qualquer tendência de pensamento que a educação, é o caminho para a saída do desenvolvimento social e econômico, embora o Município de Manacapuru seja equipado com os três níveis de ensino, Quadro 3, a educação é uma área que requer cuidados. As comunidades visitadas por via terrestre e/ou fluvial algumas de suas escolas possuem um único salão para atender alunos de duas ou mais séries, algumas delas funcionam no clube da comunidade.

Há ainda comunidades que não têm escola.

Quadro 3 - Educação em Manacapuru - 2003

ÁREA	Escolas	Alunos	Cursos superiores*	
			UFAM	UEA
Urbana	28	20.402	7	2
Rural	163	9.231	-------	------

Fonte: SEPLAN/AM

* Ano 2002

Segundo o IBGE (2000) 30,2 % da população rural na faixa etária de 15 a mais anos de idade são constituídos de analfabeto e que 17,6% da população urbana nessa mesma faixa etária é de não alfabetizados.

Para um Município do porte de Manacapuru são bastante significativos estes números.

4.2.1. Situação das famílias do imigrante cujo motivo é a educação

Antes de imigrar doze informantes tinham entre uma e três pessoas empregadas na família, em nove famílias havia de quatro a seis pessoas empregadas e cinco delas estavam com mais de nove pessoas empregadas.

Já em Manacapuru, vinte e cinco famílias tem entre 1 a 3 pessoas trabalhando e somente duas famílias tem entre 4 a 6 pessoas com emprego.

Em relação a renda familiar, 20 famílias viviam com até 2 salários mínimos e 6 famílias tinham entre 3 a 4 salários mínimos como renda. Apenas uma família vivia com até seis salários mínimos.

Quando da pesquisa 24 famílias ganhavam até dois salários mínimos, as outras três vivem com até quatro salários mínimos.

Convém destacar que 22 pessoas informaram que trabalham sem carteira do trabalho assinada.

A situação atual das famílias vista sob o ângulo econômico, não é muito diferente daquela antes da imigração (Tabela 2.12).

Tabela 2.12 - Situação da família – Informante imigrou tendo a educação como motivo

Pessoas empregadas			Renda Familiar			Vínculo Empregstício		
Quant.	Antes	Depois	SM[2]	Antes	Atual	CC 3[3]	SC 4	NI 5
1 – 3	12	25	0 – 2,5	20	24	2	19	3
4 – 6	9	2	3 – 4	6	3	---	3	---
7 – 9	1	---	4,5 – 6	1	---	---	---	---
+ 9	5	---	+ 6		---	---	---	---
TOTAL	27	27	----	27	27	2	22	3 *

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004
Nota: 1 – Na data da entrevista; 2 – SM – Salário mínimo; 3 – Com carteira assinada
4– Sem carteira assinada; 5 – Não informou; * - 2 aposentados e 1 servidor público

2.5. Motivo de saúde

Alguns dos entrevistados, nove, ou seja, 8,18% alegaram a saúde como motivo para o deslocamento visto que padeciam com a falta de assistência médica. Se alguém adoecesse era obrigado se deslocar para a sede do município em busca de socorro. Por isso para minorar o sofrimento vieram de muda. A situação econômica das famílias era de que oito (8) delas empregava entre 1 a 3 pessoas, em uma (1) havia entre 4 a 6 pessoas. Hoje, cinco famílias empregam entre 1 a 3 pessoas e uma (1), entre 4 a 6, e três (3) pessoas estão aposentados.

A renda era de até 2,5 salários mínimos para seis (6) famílias, hoje essa renda é para sete (7) famílias e uma (1) fatura mais de seis salários mínimos e uma família tem a renda de 4,5 a 6 salários mínimos, como pode ser observado na Tabela (2.13).

Tabela 2.13 – Situação da Família – Informante migrou por Motivo Saúde

Pessoas Empregadas			Renda Famiiar					
Qtde	Nº de Ocorrências		SM²	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	8	5	0 – 2,5	6	7	1	3	3
4 – 6	1	1	2,5 – 4	2	1	---	1	---
7 – 9	---	---	4,5 – 6	---	---	---	---	---
+ 9	---	---	+ 6	1	1	---	1	---
TOTAL	9	6	-----	9	9	1	5	**3 ***

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004
Notas:
1 – Na data da pesquisa; 2 - Salário mínimo; 3 - Com carteira; 4 – Sem carteira; 5 – Não informou; * - Aposentados

Das pessoas empregadas somente o membro de uma família trabalha com carteira assinada. Três famílias sobrevivem com a renda de aposentadoria.

2.6. Motivo familiar

Dezessete informantes disseram que saíram do último endereço por questão familiar. Onze deles se deslocaram porque alteraram o estado civil – casaram, os outros seis distribuíram-se entre separação, incentivo dos pais e mudança com a família quando criança.

O motivo familiar foi responsável pela imigração de 15.45% dos entrevistados.

Antes de mudarem para a zona urbana as famílias, onze delas, empregava entre um a três pessoas; três empregavam entre 4 e 6 e havia 2 famílias que tinham mais de nove pessoas empregadas.

Quando da pesquisa 16 famílias empregavam entre um e três pessoas e uma não tinha um de seus membros empregado.

A maioria das famílias auferem até dois e meio salário mínimo, três famílias tem renda de até 4 salários mínimos. Três pessoas têm carteira trabalhista assinada, mas dez não.

Dois informantes são aposentados. Duas famílias têm renda superior a seis salários mínimos. A tabela 2.14 abaixo dá a dimensão da situação.

Tabela 2.14 - Situação da família - Informante migrou por Motivo Familiar

Pessoas Empregadas			Renda Familiar					
Qtde	Nº de Ocorrências		SM 2	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual 1		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	11	16	0 – 2,5	9	12	1	8	2
4 – 6	3	---	3 – 4	3	3	1	1	1
7 – 9	1	---	4,5 – 6	1	---	---	---	---
+ 9	2	---	+ 6	1	2	1	1	---
Não informou	---	---	---	3	---	---	---	---
TOTAL	17	17	---	17	17	3	10	4*

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004
Notas: 1 – Na data da pesquisa; 2 – Salário Mínimo; 3 – Com carteira assinada; 4 – Sem carteira ; assinada; 5 – Não informou; * 2 aposentados e 2 servidores públicos

2.7. Motivo Residencial

Entre os motivos identificados como causa da imigração está o residencial. Os entrevistados alegaram que; queriam mudar para a cidade; o imóvel em que residia não era próprio, há alguém que informou ter se aborrecido do lugar.

Esse fator representa 6,36% (seis e trinta e seis porcento), ou seja, essa foi a causa da mudança de sete (7) dos entrevistados.

A renda familiar anteriormente de dois informantes chegava entre quatro a seis salários mínimos e para cinco famílias até 2,5 salários mínimos. No dia da pesquisa esse nível de renda era de seis famílias e uma chega a ganhar até quatro salários mínimos. Duas pessoas têm carteira de trabalho assinada, quatro não. Uma família vive da renda de uma aposentadoria. Ver Tabela 2.15 a seguir.

Tabela 2.15 - Situação da família – Informante queria morar na zona urbana

Pessoas empregadas			Renda Familar					
Quant.	Nº de Ocorrências		SM 2	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual 1		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	5	4	0 – 2,5	5	6	1	4	1
4 – 6	1	1	3 – 4	---	1	1	---	---
7 – 9	---	---	4,5 – 6	2	---	---	---	---
+ 9	1	---	+ 6	---	---	---	---	---
Não informou	---	2	---	---	---	---	---	---
TOTAL	7	7	---	7	7	2	4	1*

Fonte: Pesquisa realizada em agosto/2004
Notas: 1 – Na data da pesquisa; 2 – Salário Mínimo; 4 – Sem carteira assinada; 3 – Com carteira assinada* aposentado; 5 – Não Informou

2.8. Motivo natural – enchente

Embora o homem amazônico viva a cada ano os fenômenos da enchente e da vazante dos rios e lagos, mesmo assim a enchente foi responsável pela mudança de residência de 4 famílias de informantes.

A perda parcial ou total da produção com a subida das águas e conseqüentemente o prejuízo acompanhado da falta de opção de trabalho para o ribeirinho.

Os quatros informantes viviam da agricultura. Dois auferiam até 2,5 salários mínimos, e os outros dois, até quatro salários mínimos.

Já na sede do município três deles vivem com até 2,5 salériosmínimos e uma família ganha até seis salários mínimos.

Um trabalha com carteira trabalhista assinada, dois não e uma família tem sua renda resultante de aposentadoria, conforme especifica a Tabela 2.16 a seguir.

Tabela 2.16 - Situação da família – Informante migrou motivado por enchente

Pessoas empregadas			Renda Familar					
Qtde	Nº de Ocorrências		SM 2	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual 1		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	1	2	0 – 2,5	2	3	1	1	1
4 – 6	3	2	3 – 4	2	---	---	---	---
7 – 9	---	---	4,5 – 6	---	---	---	---	---
+ 9	---	---	+ 6	---	---	---	---	---
Não informou	---	---	---	---	1	---	---	---
TOTAL	4	4	---	4	4	1	1	1*

Fonte: Pesquisa realizada em agosto/2004
Notas: 1 – Na data da pesquisa; 2 – Salário Mínimo; 3 – Com carteira assinada; 4 – Sem carteira assinada; 5 – Não Informou; * aposentado

2.9. Motivo Segurança

A segurança aparece na pesquisa como fator para que quatro informantes deixassem o último endereço. Três deles saíram de Manaus e um imigrou de Porto Velho.

Após a mudança uma família passou á auferir uma renda de mais de seis salários mínimos, enquanto que uma sobrevive com a renda de um aposentado. Um não trabalha com carteira trabalhista assinada segundo espelhado na Tabela 2.17.

Tabela 2.17- Situação da família – Informante migrou motivado pela insegurança

Pessoas empregadas			Renda Familiar					
Qtde	Nº de Ocorrências		SM 2	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual 1		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	3	3	0 – 2,5	2	1	---	---	1
4 – 6	1	---	3 – 4	1	2	---	1	1
7 – 9	---	---	4,5 – 6	---	---	---	---	---
+ 9	---	---	+ 6	1	1	---	---	---
Não informou	---	1	---	---	---	---	---	1
TOTAL	4	4	---	4	4	---	1	3*

Fonte: Pesquisa realizada em agosto/2004
Notas: 1 – Na data da pesquisa; 2 – Salário Mínimo; 3 – Com carteira assinada; 4 – Sem carteira assinada; 5 – Não Informou; * aposentado

2.10. Outros motivos

Fora os motivos acima descritos quatro entrevistados, 3,6% do total das pessoas ouvidas, indicaram a viuvez, a velhice e a morte de parentes como

causa da imigração. Três deles labutavam no setor primário e um tinha sua atividade no setor terciário.

Um somente trabalha com carteira trabalhista assinada e dois exercem as atividades profissionais sem carteira assinada.

Convém, mencionar que o nível de renda das famílias não sofrem alteração com o deslocamento das famílias é o que se pode observar na Tabela 20.

E, novamente uma família vive da renda originada emaposentadoria, duas pessoas numa mesma família.

Tabela 20 - Situação da família – Informante migrou por motivos diversos

Pessoas empregadas			Renda Familiar					
Qtde	Nº de Ocorrências		SM 2	Nº de Ocorrências		Vínculo Empregatício		
	Antes	Atual 1		Antes	Atual	CC 3	SC 4	NI 5
1 – 3	2	3	0 – 2,5	3	3	1	1	1
4 – 6	2	1	3 – 4	---	---	---	---	---
7 – 9	---	---	4,5 – 6	1	1	---	1	---
+ 9	---	---	+ 6	---	---	---	---	---
TOTAL	4	4		4	4	1	2	1*

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004
Notas: 1 – Na data da pesquisa; 2 – Salário Mínimo; 3 – Com carteira assinada;4 – Sem carteira assinada; 5 – Não informou; * 2 pessoas aposentadas na casa do informante

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO SETOR PÚBLICO

> Creio mesmo que não pode ser considerado como civilizado um país que não tenha um estado capaz de assegurar que nenhum dos seus cidadãos deixe de se educar por falta de escolas, morraà míngua de tratamento ou fique desamparado na velhice.. Peres, Jefferson

> O art. 3º da Constituição Federal, que trata dos objetivos fundamentais da República, se respeitado pelos administradores públicos e executivos, as desigualdades regionais e sociais seriam solucionadas, porém, falta mais presença da população em exigir, inclusive sanções penais a fim de àqueles se submetam a cumpri-lo. P. O.

A estruturação do Estado a partir da organização dos grupos sociais fez-se necessária pelo fato de as necessidades públicas acontecerem e o setor público através dos serviços e bens públicos procurar satisfaze-las, ou seja, a população, se reunida, formando grupos, cria responsabilidades sociais que crescem tanto mais quanto maior for o grau da urbanização.

A intervenção do estado tornou-se inapelável à economia e o ambiente social a exigia para que houvesse atenuação do desemprego e fossem minimizadas as disparidades de renda.

A presença do Estado assim espraiou-se principalmente sob a justificativa do interesse social e multiplicou-se com o crescimento acelerado do processo de urbanização. A cadeia urbana cada vez mais aumenta e, tantoquanto maior, mais complexa é a organização social e maior a necessidade de o estado intervir para arbitrar e regular conflitos. Passa por esse campo a garantia dos direitos fundamentais do homem, sobretudo o bem comum.

3.1. A Responsabilidade dos entes públicos

No caso brasileiro o colo das responsabilidades estatais está na Constituição Federal no seu art. 1º, incisos II e III que cuida da cidadania e da dignidade humana. Aquela se vincula a consciência do homem quanto a seus direitos e a seus deveres e deriva da democracia. É cidadão aquele que goza de direitos civil e político (art. 5º CF).

O direito civil se destaca na cabeça do art. 5º ao tornar iguais todas as pessoas e cuidar da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A dignidade se perfaz com a ação efetiva de quando elabora um rígido cardápio de atribuições para que o intervencionismo estatal não seja tão intenso a ponto de se poder distinguir os bens públicos dos bens privados e, para assegurar a distinção convém definir critérios que a assegurem o necessário equilíbrio entre a ação do estado e a iniciativa privada. Compreendem-se como principais campos à presença do estado; a) a produção de bens públicos tradicionais; b) a provisão de serviços de interesse coletivo; c) a modernização da infra-estrutura básica e a previdência e a assistência social.

Isso redefine as funções do estado que deve ter como ponto de partida o pleno reconhecimento de suas responsabilidades, por exemplo, a produção e a disseminação de conhecimento é uma tarefa mais complexa do que a simples produção de mercadorias e serviços porque tais tarefas envolvem não apenas a mobilização de recursos financeiros e o desenvolvimento da capacidade gerencial, mas, carece de estímulo à criatividade, incentivo á pesquisa e desenvolver esforços para obter cooperação dos parceiros internacionais. Rezende (2001).

O Estado brasileiro como todos os estados modernos é um estado social, visa a promoção dos jurisdicionados, aí reside o caudal da responsabilidade social que deságua na realização do bem comum, para tanto, prevê a Constituição Federal o direito à vida, podendo-se inferir que ele não tem arelação exclusiva com a segurança pública mas também com o exercício do

trabalho, ofício ou profissão (art. 5º, O exercício do trabalho, do ofício ou profissão é livre em que pese a intervenção do Estado para regular as relações entre as partes para impossibilitar que o lado mais frágil sofra prejuízos pois não atinge somente ao indivíduo da relação mas também a sua família. A falta de trabalho, a ausência de política de promoção da dignidade do homem são compensadas com políticas sociais degradantes.

Promoção do bem de todos

Como se afirmou acima, a promoção do bem comum é um dos objetivos do Estado Brasileiro (art.3º, IV, CF) absorvidos tais objetivos pelas constituições estaduais e pelas leis orgânicas dos Municípios, em particular Manacapuru.

O bem-comum inicialmente centrado no trabalho, faz o Estado intervir na regulação jurídica das relações trabalhistas. A Constituição Federal quando trata da ordem social estabelece a primazia do trabalho e como objetivo o bem – estar e a justiça social (art. 193). Nesse particular ela harmoniza a ordem social com a economia.

É na ordem social que concentra a responsabilidade social do Estado desempenhado através de um conjunto de ações integradas, por exemplo,nutrição e alimentação da população, a expansão do insumo e as melhorias das condições de moradia.

Inicialmente, a Constituição Federal aborda a seguridade social, depois, a saúde. A primeira tem financiamento por toda a sociedade, a segunda, é dever do Estado, como o é a educação. Mas é na previdência e na assistência sociais que encontramos a maior presença oficial (União, estados e municípios). É nas funções orçamentárias alocativa e distributiva que se realiza a responsabilidade social do Estado na busca do equilíbrio social.

REZENDE (2001) defende a intervenção estatal na melhora das condições de vida da população assim escreve:

> “ Uma das formas mais afetivas de atuação do governo, com o fim de obter a redução das desigualdades, é promover a expansão dos gastos sociais e sua focalização nas camadas mais pobres da população”.

A Constituição vigente teve várias implicações sobre os gastos e a política social, inicialmente, os constituintes incorporaram o espírito da descentralização e promoveram redefinições de funções, recursos e competências tributárias. Isso contribuiu para o aumento da repartição de recursos dos impostos de renda e de produtos industrializados em favor dos estados e municípios. Segundo, foi determinada a universalização de serviços básicos como saúde, previdência, assistência e educação. Foi criado o orçamentoda seguridade social com receitas das contribuições sociais e os gastos destinados a saúde, previdência e assistência social. No entanto, o que se observou foi uma ampliação significativa dos direitos, objetivando a universalização da cobertura, o que efetivamente pressionou os gastos e estes cresceram a taxas mais elevadas do que as receitas, mas é nos anos pós Plano real que se elevam os gastos sociais. A União aumentou sua participação nos gastos com assistência e previdência social, trabalho, ciência e tecnologia e organização agrárias; destaque deve ser dado a demanda por benefícios previdenciários do INSS e do seguro-desemprego, este influenciado pela flexibilização nas regras de acesso ao programa e pelo aumento do emprego estrutural na economia.

Os Estados e municípios elevaram sua responsabilidade no financiamento e na execução dos gastos nas áreas da educação, cultura e desportos, saúde e saneamento, habitação e urbanismo.

È sabido que a maior fonte de receita para financiar os gastos públicos, entenda-se, a responsabilidade social do Estado, é a recita tributária.

No âmbito dos municípios e Estados-membros, os gastos públicos são muito dependentes dos recursos provenientes de transferências constitucionais. Aqueles dependem da União e estes, dos Estados-membros e da União.

O poder de tributar constitucional reservou à União a criação de um número significativo de impostos, concedeu-lhe a competência residual, e a instituição exclusiva de contribuições sociais, de intervenção no domínioeconômico e de interesse das categorias profissionais.

Para compensar o excessivo poder tributante, determinou que a União transfira parte da arrecadação de certos impostos às outras unidades federadas, posto que aos Estados-membros e aos municípios coube um minguado número de impostos.

Se bem, que o estado disponha do poder coercitivo para tributar,este sofre limitações constitucionais, esse poder não é absoluto. Aí tambémreside a responsabilidade estatal. Na delimitação da capacidade tributária o legislador reconhece a responsabilidade fiscal do governado, que, para ser exercida convém que o ente tributador aplique à justiça do tributo. Isso implica emo Estado, quando criar impostos, reconheça a capacidade contributiva do administrado.

A capacidade contributiva do indivíduo consiste na sua idoneidade econômica para suportar os encargos fiscais, sem sacrifício do indispensável à vida e compatível com a dignidade humana.

Mas, para retirar do indivíduo aquilo que não comprometeria a sobrevivência do administrado, o Estado além de ter por base a capacidade contributiva criou outros institutos para aliviar a carga tributária, dividindo mais eqüitativamente os encargos públicos facilitando a co-responsabilidade dos contribuintes uma vez que deles partem os recursos para financiar os gastos públicos.

Em dispositivos constitucionais podem ser encontrados: a – a justiça fiscal e a personalização do imposto (art. 145, § 1º); b – isonomia tributária (art. 150, II); c – imunidade (art. 150, VI.d) e d – a seletividade do imposto (art. 153, §2º, I; art. 155, §2º, III).

Pode-se ainda no ambiente tributário encontrar-se a isenção e a não-incidência. Este elenco de variáveis é responsável pelo aliviamento da carga

tributária, e, por reconhecer a capacidade econômica do administrado é que a Lei Maior dispõe tais variáveis visando conciliar tributação com a capacidade de pagamento do administrado.

O estado objetivando também aumentar o poder aquisitivo, afora os institutos fiscais poderá subvencionar serviços, subsidiar preço e crédito. Mesmo se valendo dos instrumentos acima para aliviar a carga tributária, ela representa hoje cerca de 37% do Produto Interno Bruto. Deve o Estado efetuar uma reforma fiscal de sorte a facilitar a vida dos administrados.

3.2. Os serviços públicos

As finanças públicas nasceram da necessidade do Estado de se organizar enquanto ente econômico, essa expressão significa a economia do Estado expressa em dinheiro e que essa economia se fundamenta na amplitude e peculiaridade dos objetivos pretendidos e dos que o governante pode lançar mão para atingir as metas.

As finanças estatais não têm por fim o acúmulo de bens, mas, ao contrário, a procura de bens imateriais tais como; garantir os direitos individuais e coletivos, manter a ordem interna e a segurança exterior e promover o bem-estar social, sem se afastar de estimular os empreendimentos que digam respeito ao processo material e espiritual da sociedade.

A garantia dos direitos individuais e a promoção do bem-estar e a manutenção da segurança e da ordem estão afixadas a partir da Lei Fundamental (arts. 1º, 3º, 5º, 6º, 7º entre outros).

O papel do Estado, enquanto ente econômico, começa e permanece quando o homem se organiza em grupos porque é neles que se instalam as necessidades públicas.

Quando as necessidades se apresentam urge que a máquina estatal encontre os meios de as satisfazer. A satisfação é encontrada pelo emprego dos serviços públicos, é através deles que o Estado se relaciona com osadministrados, torna efetiva as ações estatais para o bem comum.

RAFAEL BIELSA define os serviços públicos como sendo: “É toda atividade pública ou privada, regulada pelo Poder Público, que se realiza com o fim de satisfazer, de forma geralmente contínua, as necessidades coletivas”.

Merece reparo a definição acima vez que ela não contempla os regimes políticos.

MEIRELLES (1994 p.294) assim os define:

> “É todo aquele prestado pela administração ou por seusdelegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado”

Dessa forma o Estado os realiza diretamente ou transfere a execução para terceiros.

Para BALEEIRO (ob. cit. p.4/5) os serviços públicos são de ordem política e jurídica. Sob este ângulo afirma: “o uso da expressão tem o sentido de organizações de pessoal e material sob a responsabilidade de pessoas de direito público, para desempenho de funções e atribuições de sua competência”.

Mais adiante ele afirma que os serviços públicos como instrumentos do Estado: “São meios técnicos e jurídicos pelos quais, através de seus agentes e suas instalações, a pessoa de direito público interno, usando do poder estatal, busca atingir os fins que lhe atribuem as idéias políticas e morais da época”.

Os meios técnicos dizem respeito a organização, gerenciamento e execução dos serviços públicos. Contratação de mão-de-obra especializada, acompanhamento da evolução tecnológica, sistematização do processo executório, estruturação administrativa com estabelecimento de atividades e funções.

Os meios jurídicos estão em consonância com a lei. A Constituição em alguns dispositivos faz menção aos serviços públicos àqueles que podem ser executados direta ou indiretamente mediante concessão, permissão ou autorização (arts. 21, X e XIV, 22, XVII, 30, V, 145, 175). Do ângulo político acontece que os serviços públicos são criados e priorizados segundo a formação

ideológica do governante. Pelas idéias morais há de se entender que a cada época a sociedade tem os seus padrões morais a serem observados.

É nos serviços públicos executados diretamente que o ente estatal atua. Outros serviços há, que, embora importantes à satisfação das necessidades humanas pois que se originam do homem enquanto ser social, não são executados pelo Estado, este os delega a entes da administração indireta ou a empresas privadas (art. 175, CF).

Além da obrigatoriedade legal à criação dos serviços públicos há de se observar o critério político, esse critério é apresentado pelo orçamento que permite a sociedade saber em proveito de quem, grupos sociais e regiões ou ainda a solução de qual problema ou necessidade funcionará o aparelhamento dos serviços públicos.

3.3. A Despesa Pública

Entendida como o conjunto de dispêndios dos Estado, ou de outra pessoa de direito público, para o funcionamento dos serviços públicos de sorte que o ente público resolva as questões das necessidades da população e possa garantir-lhe o bem-estar.

A dimensão das despesas públicas se configura pelo tamanho do governo.

À medida que o Estado cresceu, os gastos públicos também cresceram. É de se lamentar que os governantes não atentam para análise dos gastos sob a ótica do custo-benefício. Se assim fosse, o ente público procuraria investigar o aspecto técnico dos gastos. Se isso ocorresse o ente público procuraria investigar sobre o resultado de uma despesa pública, analisando-a, procurando saber o máximo de sua eficiência e da conveniência social que se obtêm com um mínimo de dispêndio pecuniário.

Mas o que ocorre é de os gastos serem decididos sob o aspecto político e a criação ou manutenção de determinado serviço público (com a finalidade de atender uma necessidade pública) que proporciona um gasto ou

uma despesa, está envolta em critério político, sustentado por idéias, convicções, aspirações e interesses revelados pelos grupos detentores do poder. Barros (1999).

As despesas públicas sofrem modificações de acordo com a vontade da formação ideológica do governante ou de seu grupo de sustentação.

As despesas públicas sob o ângulo político ou técnico crescem progressivamente, porém, esse fenômeno não é de nossos dias, alguns estudiosos financistas tentaram encontrar explicação para o fato.

O mais destacado financista foi o alemão Adolph Wagner, ele formulou um pensamento mais tarde conhecido como a “Lei dos Dispêndios Crescentes” também reconhecida como “lei de Wagner”. Em síntese esta lei dizia que os gastos crescem, inevitavelmente, mais rápidos do que a renda nacional em qualquer país industrializado.

Por essa lei, o desenvolvimento do que vieram a ser as modernas sociedades industriais, algumas décadas depois, provocaria pressões crescentes em favor de aumento do gasto público. Giambiagi, (2000).

Para Peacock e Wiseman na conclusão de seus estudos identificaram descontinuidade nas taxas de crescimento das relações entre os gastos públicos e o PIB. Isso era causado pelo efeito deslocamento e havia aproximação muito grande com o tolerável nível da carga tributária. Esse nível de tolerância varia de acordo com as circunstâncias em que a sociedade vive. Riani (2002)

Em outras palavras esse efeito deslocamento ou de translação quer dizer que os gastos são limitados pela possibilidade de expansão de oferta dos serviços públicos que são limitados pela possibilidade de tributar.

Alberto Deodato apud Barros (1999, p. 381) atribui como causa do aumento das despesas públicas: 1 – intervencionismo e nacionalização; 2- progresso técnico e mais alto standard de vida; 3 – despesas militares; 4 –

desvalorização da moeda; 5 – aumento, em alguns estados, da população e do território e 6 – a política eleitoral manifestada por associações.

Independentemente da corrente ideológica o entendimento é o de que as despesas públicas tendem ao crescimento progressivo em vista a responsabilidade do Estado social.

4. AS POLÍTICAS, OS GASTOS E A IMIGRAÇÃO URBANA DE MANACAPURU

> O tecido urbano, estas palavras não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto dasmanifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Lefebvre,Henri

> A qualidade do gasto conta mais do que o montante que despendido.

> O que não dá para aceitar é a gastança em projetos fúteis ou de caráter meramente eleitoreiro. Morais, Antônio Ermírio

> Melhor sistema de despesa é o que reduz desigualdade. Wagner, Adolph

4.1. População urbana e rural de Manacapuru

Nas três últimas décadas a população rural de Manacapuru tem minguado. Podemos, consoante a Tabela 1, dividir sua população em duasfases: na primeira de 1950 a 1970, nesse período infere-se que a população rural,em 1950, equivalia a 88,42%. Na década de 60 houve uma pequena baixa87,96% vivia no campo; na década seguinte, em 70, sofre nova queda, representava 85,38%. Nessa primeira fase a concentração populacional estava nocampo, porém, era decadente.

Na segunda fase a população rural cai substancialmente até que nas últimas três décadas a população urbana é dominante, os números se invertem.

Em 1980, a população rural era 70,12%, ou seja, em efetivo humano diminuiu em 15,26% em relação à década anterior.

Já em 1991 apenas 37% morava no campo. E, em 2000, o IBGE registra nova queda somente 35,32% dos habitantes de Manacapuru vivem na zona rural e 64,68% estão localizados no perímetro urbano. (Tabela 1.2)

Os números da Tabela 1.2 mostram uma inversão bastante acentuada, se na primeira fase a população rural predominava, na segunda fase a população urbana assume a primeira posição.

A Tabela 4.1 complementa o entendimento.

Tabela 4.1 - Tempo de residência em Manacapuru após a imigração

Anos	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativas %	Freqüência Acumulada %
Menos de 1	15	13,6	13,6
1 – 5	31	28,2	41,8
6 - 10	29	26,4	68,2
11 – 15	12	10,9	79,1
16 – 20	8	7,3	86,4
21 – 25	4	3,6	90,0
26 – 30	7	6,4	96,4
+ 30	4	3,6	100,0
TOTAL	110	100,00	-------

Fonte: Pesquisa de campo realizada em agosto/2004

Os imigrantes, 86,4%, têm menos de um ano a vinte anos de residência na sede do Município. E, entre seis a quinze anos de moradia corresponde a 41% dos que vivem no perímetro urbano.

Esses dados têm relação com o crescimento populacional da Tabela 20, nela se vê que é a partir dos anos 80 que acontece a virada da população urbana. É observado ainda que os imigrantes que moram há mais de vinte e um anos é de apenas 13,6 % (15 imigrantes).

Por outro lado a tabela 3 indica que 49,1% dos imigrantes vieram da zona rural de Manacapuru, municípios vizinhos e outros mais distantes, inclusive um pais vizinho, Peru. A Tabela 2 indica que nas outras municipalidades estão aumentando a população urbana e decaindo a da área rural.

Na década de 80, 29,88% da população habitava a zona urbana, vinte anos depois a população de campo representa apenas 35,3% do total de habitantes.

4.2. Políticas Públicas

O Estado através do orçamento estabelece suas políticas econômica, de desenvolvimento, fiscal, monetária, social.

O governo, qualquer que seja o nível, encontra no orçamento o instrumento ideal para melhor alocar seus recursos atendendo as necessidades que não são suficientemente atendidas pela iniciativa privada, ou melhor, pela função alocativa o governo direciona recursos para oferecer bens e serviços públicos que o empreendedor privado não os proveria adequadamente.

No cenário municipalista, estadual e também da nação acontecem desnivelamentos que interferem na qualidade de vida da sociedade. Para minimizar os efeitos, o governo implementa políticas visando uma melhor justiça social e o faz quando garante o acesso da população de menor poder aquisitivo aos bens e serviços públicos. Essa é a função distributiva do orçamento.

A terceira função do orçamento, função estabilizadora, o município não a exerce com grande intensidade porque ela tem característica macroeconômica diz respeito à demanda agregada.

As funções orçamentárias fazem do orçamento um plano de governo revendo ele ser um instrumento de política construtiva e de administração eficiente, que, aliás, a eficiência é hoje um dos princípios da administração pública. (art.37, caput, CF)

Pedone apud Pereira (1999, pág. 107)

> "As políticas públicas não acontecem num vácuo. Dado que o estudo de políticas públicas é caracteristicamente idealizado como o nexo entre o pensamento e a ação – a teoria e a prática – vale apena explorar a visão de políticas públicas a partir, do encontro entre valores sociais e institucionais".

Em Manacapuru, a política de governo, segundo o estudo das mensagens anuais do Chefe do Executivo à Câmara Municipal, relativas ao período do estudo, a ouvida da população e as decisões governamentais estiveram sempre ao poder do governante sob a forma de clientelismo e assistencialismo.

A sociedade representativa ouvida afirmou:

> " A questão do poder público em Manacapuru foi sempre voltada para o coronelismo, quem estava no poder achava que estava acima de tudo, das instituições, do povo e do próprio meio" Ricardo Ferreira do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
>
> "O nosso município é agrícola, é encontrado gente morando na cidade, ma a atividade dela é agrícola, mas infelizmente esta atividade é esquecida" idem.
>
> "No que diz respeito à política de financiamento a burocracia, muito atrapalha" Mario Jorge Bastos, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais.
>
> "Não encontrou apoio porque se planta e quando colhe o trabalho é desvalorizado, as pessoas querem pagar pouco" Imigrante feminino, 22 anos.

A idéia que se tem, por conseguinte, é que as políticas governamentais adotadas foram dirigidas para a ambiência do perímetro urbano da sede do município de Manacapuru, a produção sem garantia de escoamento e venda, por exemplo, a cotação de preço mínimo torna-se atividade proibida.

4.2.1. Política econômica

Ao comentário sobre a função estabilizadora do orçamento público foi dito, no item 5.2 que o orçamento municipal não tem influência.

As medidas econômicas de caráter estabilizador são de abrangência nacional e não localizada na esfera municipal, são decisões nacionais tomadas na esfera do governo central, decisões garantidas pela Constituição Federal quando concede competência exclusiva a União para legislar sobre matérias cambial, política de crédito, comércio exterior e interestadual, poder de tributar residual entre outras.

Ao município de Manacapuru como todas as outras municipalidades é impedido de aumentar receitas com a criação de novos impostos, ele tem sim poder de tributar limitado aos impostos constitucionalizados. (art. 156, CF). não lhe cabe decidir sobre juros porque tem reflexo na economia como um todo bem como é missão da união.

4.2.2. Política Social

Os Estados-membros e os municípios brasileiros a partir de 1988 passaram a responder por encargos que antes da aprovação da Constituição vigente eram atribuídos ao governo federal; é o caso dos desembolsos nas áreas de educação e saúde. Tal situação criou um agravamento financeiro na esfera municipal. Se bem que haja ocorrido melhoramento nas receitas tributárias, os municípios, em sua maioria, sobrevive com insuficiência financeira.

A descentralização das atividades sociais aos Estados-membros e aos municípios principalmente a estes promoveu, concomitantemente, a descentralização de políticas sociais que se tornaram dependentes diretas da manutenção de estratégias que visem ultrapassar a incapacidade fiscal e administrativa dos municípios.

Para Speroto (2000) o Brasil acumula ao longo de pelo menos cinqüenta anos problemas sociais bastante sérios como a desigualdade social, crescimento da pobreza urbana e deflagração da exclusão social e são as políticas sociais e o gasto social os elementos importantes para a meta do desenvolvimento econômico.

A questão exclusão social vinculam-se outras variáveis tais como os efeitos das alterações no mercado de trabalho, desemprego e informalidade, e, mais ainda, os limites orçamentários nos três níveis de governo para atender a sociedade de bens e serviços básicos, que resultam da limitação das receitas tributárias.

Manacapuru, como todos os municípios de médio porte e estratégicos vivem depois da Constituição vigente os efeitos da descentralização dos encargos federais nas áreas de educação e de saúde porque foram municipalizados o que lhe reservam importante papel na preparação de políticas sociais.

É bem verdade que a descentralização das políticas sociais causou impacto na administração visto que não lhe bastava somente aumento da receita para implementar suas políticas vez que as novas funções foram absorvidas, mas

lhe faltava capacidade técnica e operacional. Embora próxima da capital do Estado, o Município de Manacapuru sofre a falta de uma estrutura organizacionale de capital humano para melhor implementar as políticas sociais que possam assegurar aos munícipes uma escola acessível e de qualidade, formação profissional assentada na divisão do trabalho vislumbrando a aptidão econômica do Município, garantindo à população oportunidades de trabalho e renda e alternativas saudáveis de lazer.

No período estudado a organização urbanística de Manacapuru mudou pelo aumento do seu tamanho, novos bairros foram criados, a cidade ficou mais espalhada, inclusive se estendeu às áreas insalubres e alagáveis e as funções administrativas e sociais também alteraram.

As mudanças administrativas ocorreram ao sabor da vontade do chefe do executivo municipal. As condições de vida da população ribeirinha e/ou urbana sofreram alterações em razão do volume de periferização da rede do município.

Nos anexos I a III extraídos das mensagens do Prefeito Municipal ao Legislativo local dão uma visão do direcionamento das metas. É possível ver que a maioria expressiva delas contempla a área urbana. Pouca importância à zona rural.

4.3. Os gastos sociais de Manacapuru

Conforme comentários nas seções anteriores, o ente público tem um nível de responsabilidade social e assume provendo a população de bens e serviços por ela demandados ao menor custo possível considerados os padrões de qualidade e eficiência exigidos, convindo lembrar que a oferta dos serviços e bens devem se vincular ao equilíbrio orçamentário, quer dizer, os gastos públicos,por mais que poucos, devem ter um grande resultado social, sem o comprometimento de receitas futuras, para o alcance do bem comum.

A eficiência dos gastos públicos confunde-se com aresponsabilidade pública. O contribuinte deve exigir que o governante bem

aplique as receitas porque a demanda por bens públicos é sempre crescente quer pelas alterações demográficas (crescimento da população, imigração) quer pelos efeitos das mudanças tecnológicas.

É freqüente a preocupação sobre as influências dos gastos públicos no crescimento da economia, não se estende tal ansiedade para a questão de lucratividade visto ao setor público é dado um único resultado o compromisso de promover o bem-estar.

A implementação de políticas sociais reativas faz crescer as despesas públicas sem resultados palpáveis, todavia paliativas.

A seção 3.2 tratou-se dos serviços públicos e dos critérios para sua criação. O critério político para instituí-los guarda estreitíssima relação com o critério político à decisão de gastar.

> Baleeiro (2004) “Em todos os tempos e lugares a escolha doobjetivo da despesa envolve um ato político, que também se funda em critérios políticos, isto é, nas idéias, convicções, aspirações e interesses nivelados no entrechoque dos grupos detentores do poder [...]”

Os dispêndios são realizados segundo o nível de prioridade estabelecida pelo governante, não há participação do governado em dizer-lhe como a receita deve ser aplicada.

Os objetivos dos gastos são determinados nos planos e programas elaborados por uma equipe que segue a orientação do governante, sob o qual o ato político pode direcionar as despesas para decisões inviáveis, eleitoreiras, e/ou demagógicas. Erroneamente cumpriria a lei a orçamentária, o que a comprometeria.

Apreciando a Tabela 4.2 pode-se inferir que as despesas correntes (gastos realizados que não alteram o patrimônio), gastos destinados ao consumo não produtivo economicamente, foram crescentes exceção aos anos de 2000 e 2003 porque decresceram 0,81% e 13,91%, em relação aos anos de 1999 e 2002. respectivamente

Tabela 4.2 – Manacapuru - Despesas executadas segundo a Categoria econômica 1997 - 2004

	Despesas Correntes		Despesas de Capital			Participação	
	Constantes (A)	Variação (A) %	Constantes (B)	Variação B (%)	C = A + B	A / C	B / C
1997	22.152,544	---	9.525,327	---	31.677,871	69,93	30,07
1998	23.518,980	6,17	46.336,282	386,45	69.855,262	33,67	66,33
1999	27.551,139	17,14	40.041,213	- 13,59	67.592,352	40,76	59,24
2000	27.392,408	- 0,81	18.147,659	- 54,68	45.477,067	60,1	39,9
2001	30.272,503	10,77	34.657,769	90,97	64.930,272	46,62	53,38
2002	30.577,130	1,01	15.182,075	- 56,2	45.759,205	66,82	33,18
2003	26.324,499	- 13,91	1.931,104	- 87,28	28.255,603	93,17	6,83
2004	30.592,946	16,21	17.511,674	806,32	48.104,620	63,6	36,4

Fonte: Balanços gerais do período
Índice atualizador: IGP – DI, FGV, preço de 2004

No que tange a participação delas nas despesas totais, a administração gastou bastante para manter seu funcionamento, chegou a comprometer nos anos 1997, 2000, 2002, 2003 e 2004; 69,93%, 60,1%, 66,82%, 93,17% e 63,6%, respectivamente. Enquanto isso os melhores anos de gastos com despesas de capital, aqueles que produzem acréscimo patrimonial, geram emprego e renda, foram os de 1998, 1999 e 2001. Naqueles anos foram 66,33%, 59,24%, 53,38% das despesas totais mas, com variações sempre decrescentes, exceção aos anos de 1998, que aumentou em 386% em relação a 1997; em 2001, aumentou em 90,97% mais que os valores de 2000. Grande surpresa reservou o orçamento para o ano de 2004 cujo acréscimo foi de 806,32% sobre os valores de 2003.

As despesas de capital que também melhoram os serviços públicos, foram inferiores nos anos de 1999, 2000, 2002 e 2003 considerados os anos anteriores em 13,59%, 54,68%, 56,2% e 87,28%, caso do ano de 2003, neste ano as despesas de capital representaram apenas 6,83% das despesas totais realizadas..

No município os gastos sociais comportam-se inconstantes com prejuízo às políticas sociais as quais produzem resultados bastante sofríveisporque são aplicadas para reagirem aos fatos sociais e não para os evitar.

Os balanços gerais anuais dão a dimensão da inconsistência.

As tabelas 4.3 e 4.4 mostram a composição dos desembolsos na função assistência e previdência. No período estudado ela variou positivamente

em 1998, 68,95%; em 2001, 22,08% e em 2003 houve um tímido crescimento de 2,78%. Nos outros anos: a – 1999, os gastos foram menores que os do ano anterior em 21,59%; b- em 2000, gastou-se menos ainda haja vista que osdesembolsos chegaram a menos 22,21%; c- em 2002, novamente decresce cercade 20,99% e d- em 2004, a decrescimento foi o menor do período, apenas 6,05%.

Os valores que deixaram de ser desembolsados no período são consideráveis para o muito que se espera do da administração pública municipal. Cabe anotar que após a separação da previdência da assistência social, a partir de 2002, formando duas funções, o comportamento administrativo foi o mesmo ressalvando-se que com a separação, a previdência variou positivamente em 2003 e 2004 cerca de 1,98% e 9,92% nos anos de 2003 e 2004, respectivamente.

Os gastos nas funções assistência social e previdência social têm efeito nulo na sociedade, são gastos, em grande volume, de transferências.

Tabela 4.3 - Despesas de Manacapuru executadas na função Assistência e Previdência - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	455.501	1.008.553	----
1998	799.227	1.703.408	68,9
1999	697.654	1.335.724	-21,59
2000	617.425	1.039.028	-22,21
2001	831.823	1.268.405	22,08
2002	746.061	1.002.281	-20,99
2003	941.577	1.030.102	2,78
2004	967.755	967.755	-6,05

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Índice atualizador IGP_DI_FGV, a preço de 2004.
A partir de 2002 essa função foi desmembrada em duas, a assistência social passou a ser outra função - Portaria n. 42/99, Ministério de Orçamento e Gestão.

Tabela 4.4 Despesas de Manacapuru executadas na função Previdência Social 2002 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
2002	638.436	857.694	--
2003	799.492	874.658	1,98
2004	961.443	961.443	9,92

Fonte: Balanços Gerais do Período

Nota: Função desmembrada da função assistência e Previdência. Portaria n. 42/99 - Ministério do Orçamento e Gestão. Índice atualizador IGP-DI, FGV a preço de 2004

Nas tabelas 4.5 e 4.6 encontram-se os gastos na função saúde e saneamento. Grande partes dos recursos alocados nessas funções atendem gasto das áreas na sede do município. O entendimento decorre da resposta oferecida pelos imigrantes. O total de 19 (17,27%) deles informaram(Tabela 6)que no último local de residência eram assistidos, juntamente com seus familiares, por benzedeira, curandeiro e/ou usavam remédio caseiro, enquanto que 25 deles (22,73%) eram atendidos por agentes de saúde. Atendimento em posto médico corresponde a 30 ocorrências (27,28%), com funcionamento em locais que não ofereciamm as mínimas condições ao atendimento médico incertoe infreqüente.

Na função saúde e saneamento os gastos foram irregulares razão pela qual o imigrante sentia-se desassistido e procurava outras formas para curar seus males. Poucos, 36 (32,73%) tiveram atendimento ambulatorial/hospitalar, inclusos os que saíram de seus municípios para serem atendidos noutra municipalidade. Na coluna dos valores constante, a variação percentual clarifica a irregularidade dos gastos.

Em 1998 cresceram em relação ao ano anterior 153,29% mas em 2000 houve uma queda de 59,22% em relação a 1999. Em 2002 é registrada nova queda nos gastos – mesmo adicionando os valores os de saúde com os de saneamento. Já separa a função saúde da função saneamento, a menor queda foi em 2003, 15,43%.

A Tabela 4.6 mostra um crescimento substancial nos gastos com saneamento, em 2004 foram gastos R$ 4.480.241,00 e R$ 1.197.073,00, em 2003 representando um aumento de 274,27% gastos esses voltados para a sede do município, aliás aquele foi ano eleitoral. Na sede do município está concentrado próximo a 65% do total da população, via reflexo dos eleitores.

Convém registro que no ano de 2003 os gastos com saneamento minguaram-se, em torno de 39,93%. Mas a demanda por atendimento médico,

hospitalar, dentário, avanço da população no perímetro urbano aumentava e mais serviços e bem eram exigidos.

Tabela 4.5- Despesas de Manacapuru executadas na função Saúde e Saneamento

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	2.202.532	4.876.766	--
1998	5.795.630	12.352.340	153,29
1999	9.632.784	18.442.878	49,31
2000	4.469.670	7.521.747	-59,22
2001	10.584.461	16.139.713	114,57
2002	5.005.098	6.724.000	-58,34
2003	5.197.937	5.686.635	-15,43
2004	8.051.968	8.051.968	41,59

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Saneamento foi desmembrado da função saúde em 2002. Portaria n. 42/99, Ministério do Orçamento e Gestão. Índice atualizador IGP - DI, FGV, ano base 1994.

Tabela 4.6 - Despesas de Manacapuru executadas na função Saneamento - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
2002	1.483.368	1.992.801	---
2003	1.094.199	1.197.073	-39,93
2004	4.480.241	4.480.241	274,27

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Desmembrada da função Saúde a partir de 2002. Portaria n. 42/99, Ministério do Orçamento e Gestão. Índice atualizador IGP - DI, FGV.

Os gastos com educação são os que se mostram mais regulares, variaram negativamente somente em 2000, cerca de 43,66%. Mas outra variação negativa ocorreu no ano de 2003 quando a função cultura havia se desmembrado da função educação. Tabelas 4.7 e 4.8.

A educação do ensino fundamental, que compete ao Governo municipal, deixa a desejar. Inexiste tratamento uniforme entre a sede do município e as comunidades interioranas o que pode ser comprovado pela nota 6 da Tabela 6. Os imigrantes informam que nas 12 localidades rurais em que residiam não havia escola. A visita a algumas localidades rurícolas possibilitou conhecer a realidade educacional encontrou-se escolas funcionando em precárias condições física e de recursos didáticos. Em comunidades escolhidas aleatoriamente constatou-se que em duas delas não havia escolas públicas. viu-se também

funcionando como sala de aula uma cobertura atrás de um templo evangélico, ela na apresenta a mínima condição de funcionamento. Fotos 1 e 2. Há escola funcionando precariamente no salão de centro comunitário ou em sede de clube, Foto 3 e 4 , bem como escola de uma só sala de aula cuja professora atende alunos de vários níveis.

Os gastos com educação também são destinados a atender a zona urbana, o pouco que sobra destina-se ao atendimento das necessidades dos campesinos.

Tabela 4.7 - Despesas de Manacapuru executadas na função Educação e Cultura - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	4.085.809	9.046.649	---
1998	6.573.918	14.011.120	54,88
1999	11.714.246	22.428.034	60,07
2000	7.510.019	12.638.172	-43,66
2001	8.640.754	13.176.851	4,26
2002	11.229.605	15.086.191	14,49
2003	10.170.162	11.126.337	26,25
2004	14.958.266	14.958.266	34,40

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Índice atualizador IGP_DI_FGV, a preço de 2004. A partir de 2002 a Cultura passou a outra função. Portaria n. 42/99 - Ministério do Orçamento e Gestão.

Os dispêndios com a educação têm sido crescentes, ano após ano, cabendo destaque as verbas de 1998 e 1999 anos nos quais o elevação dos gastos foram 54,88% e 60,07%, respectivamente. O menor percentual foi em 2001, 4,26%. A partir de 2002 a função educação desmembra-se da função cultura. Conquanto o Governo municipal venha dispensando grande atenção a cultura os gastos educacionais cresceram bem nos três últimos anos do período estudado.

Tabela 4.8 - Despesas de Manacapuru executadas na função Cultura - 2002 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
2002	718.183	964.829	---
2003	783.692	857.373	-11,14
2004	1.045.046	1.045.046	21,89

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Índice atualizador IGP_DI_FGV, a preço de 2004.

* Desmembrada da função Educação e Cultura. Portaria n. 42/99, Ministério de Orçamento e Gestão.

Nos últimos 16 anos a administração municipal tem se voltado para o desenvolvimento da cultura e do laser, vários investimentos foram realizados como; a criação do Parque do Ingá, construções dos galpões das cirandas, construção da orla do Miriti, construção de quiosques e organização da frente da cidade, instalação do Parque Riachuelo, estruturação do balneário no Miriti. . Fotos 5 a 10

Soma considerável de recursos nesses dezesseis anos fora desembolsada na promoção do folclore e do turismo. A dança da ciranda virou atração, faz parte dos eventos culturais da cidade..

Sobre cultura e laser disse o Chefe do Poder Executivo na mensagem de 2003 à Câmara Municipal:

> "A cidade de Manacapuru, uma das mais progressistas do interior do estado do Amazonas, está passando por uma grande reestruturação urbana. Nunca se construiu tanto em tão pouco tempo. E, o que é mais importante, na grande maioria, são obras de infraestrutura básica necessárias para alavancar o turismo, que surge incontestavelmente, como principal atividade econômica do Município".

A sociedade tem pensamento firmado quanto a decisão política dos gastos do município. O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais –Ricardo Ferreira do Nascimento, afirma:

> "A preocupação nos últimos dezesseis anos, dos prefeitos tem sido com a cultura, muitas ações são realizadas para o turismo cultural".

Imigrante masculino, 59 anos:

> "A maior dificuldade de morar no interior é a falta de energia elétrica, de posto médico e o ensino. Os filhos para continuar os estudos vão para Manacapuru ou Manaus e aqui fica só os velhos"

.Imigrante masculino, 38 anos:

> "Mudei porque não tinha mais condição de morar no interior, tudo é difícil de conseguir: estudar e tratamento de saúde".

Nas tabelas 4.9 e 4.10, expressos estão os gastos na função Habitação e Urbanismo.

É sabido a existência de déficit habitacional nas cidades brasileiras, Manacapuru não se isenta desse fato, porém, nas mensagens encaminhadas a Câmara Municipal nenhum registro há de metas a serem alcançadas com os recursos financeiros desta função. Em todo período do estudo há uma exceção; em 2002 foram gastos R$ 170.515,00 (valor corrente) em recuperação de prédios públicos. Porém nenhuma verba fora alocada tendo a população com beneficiária direta.

Tabela 4.9 - Despesas de Manacapuru executadas na função Habitação e Urbanismo* - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	1.689.510	3.740.851	---
1998	9.037.038	19.337.544	416,93
1999	7.085.904	13.566.635	-29,84
2000	8.086.224	13.607.835	0,3
2001	11.634.508	17.740.877	30,37
2002	170.515	229.068	-98,71
2003	----	----	----
2004	----	----	----

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: * a partir de 2002 essa função foi desmembrada. Portaria n. 42/99 do Ministério de Orçamento e Gestão. Índice atualizador IGP-DI, FGV, preço 2004.

Tabela 4.10 -Despesas de Manacapuru executadas na função Urbanismo - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
2002	4.735.428	6.361.717	----
2003	1.402.069	1.533.888	-75,89
2004	7.001.350	7.001.350	356,44

Fonte: Balanços Gerais do Período
Notas: Função desmembrada da função habitação a partir de 2002.Portaria n. 42/99 mo Ministro do Orçamento e Gestão. Índice atualizador IGP - DI, FGV - preço de 2004.

Os gastos, com exceção do ano de 2002, foram realizados com urbanização – infra-estrutura- é fato confirmado pelo trecho transcrito da mensagem prefeitural e pela visualização das tabelas 4.9 e 4.10 acima

Uma vez que a sede do município se expandiu houve necessidade de melhorar o aspecto urbano para a indústria do turismo. Nestas duas funçõesas despesas comportam-se pouco regulares; no ano de 1998 elas cresceram 416,93% em relação a 1997, mas no ano de 1999 houve uma baixa de 29,84% comparadas às despesas do ano anterior. Como no ano de 2002 houve separação da função em duas (habitação e urbanismo) e que as verbas sempre foram gastas com urbanismo pode-se afirmar que em 2002 os dispêndios com urbanismo sofreram redução em 64,15% mas que em habitação houvecrescimento já que nos ano anterior não havia dotação. No ano seguinte – 2003, aconteceu queda nos gastos de 75,89%. A recuperação aconteceu no ano de 2004 quando foram gastos 356,44% a mais do que se gastou em 2003.Tabelas 4.9 e 4.10.

De igual modo, a verba alocada na função direitos da cidadania são inócuas e de valores ínfimos para o que se poderia fazer em benefício da juventude ou da faixa excluída da população principalmente interiorana. Tabela 4.11

Tabela 4.11 - Despesas de Manacapuru executadas na função Direito da Cidadania - 2002 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
2002	----	----	----
2003	9.012	9.859	----
2004	29.940	29.940	203,68

Fonte: Balanços gerais do período
Nota: Essa função foi criada pela Portaria Nº. 42/99 do Ministério Público do Orçamento e Gestão
Índice atualizador IGP - DI, FGV, preço 2004.

Os gastos sociais do Município de Manacapuru são irregulares e mal distribuídos, a política de sua realização concentra-se no perímetro urbano e mesmo assim tem deixado de lado a promoção social para se fixar no assistencialismo eleitoreiro. Em duas funções do grupo da área social não registram gastos a do trabalho e a da organização agrária, embora a vocação do município seja atividades do setor primário da economia.

4.4. Despesas nas funções indústria, comércio e serviços e agricultura.

Se bem que estas funções não estejam no bloco das dos gastos sociais houve-se por bem dispensar atenção a elas porque a indústria, segundo algumas correntes de pensamento, da qual faz parte Adolph Wagner, Richard Bird e Paul Singer entre outros, é a responsável pelo crescimento demográfico de uma área haja vista ela precisar de mão-de-obra e, mais desenvolver em torno de si atividades ligadas ao comércio e ao serviço. Cuidou-se da função agricultura pelo fato de estar ligada à aptidão econômica do município.

As despesas da função indústria, comércio e serviços, sempre decaíram de um ano para outro.

Tabela 4.12 - Despesas de Manacapuru executadas na função Indústria, Comércio e Serviços - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	----	----	----
1998	1.891.868	4.032.175	----
1999	858.240	1.643.182	-59,25
2000	847.036	1.425.427	-13,25
2001	1.290.524	1.967.855	38,05
2002	16.375	21.999	-98,88
2003	----	----	----
2004	----	----	----

Fonte: Balanços Gerais do Período
Nota: Índice atualizador IGP - DI, FGV, a preço de 2004.
A partir de 2002 a indústria saiu dessa função. Portaria n. 42/99 - Ministério de Orçamento e Gestão.

Nesta função os gastos são maiores nas atividades meio. Dois projetos foram contemplados no período; um na área do turismo no Lago do Piranha (1998 e 1999) o outro a construção de um mini-distrito industrial (1999). Em 1998, nestes projetos, foram gastos R$ 3.315,660,00 representando 82,23% do valor total gasto. No ano de 1999 somente o primeiro projeto foi contemplado, os gastos somaram R$ 502.881,00, ou seja 30,96% do total da função.

Na promoção do turismo gastou-se em 1998, 17,77% e em 1999, 69,04%. Nos demais anos as verbas destinaram-se exclusivamente a atividades de promoção do turismo. Nos dois últimos anos o gasto foi zero.

Com os recursos dessa função poder-se-ia alocar recursos para a formação profissional dos munícipes, proporcionando-lhes oportunidade de emprego e de renda, contribuindo para a mobilização social.

Na função agricultura os gastos realizados são os menores em que pese a importância do setor à economia local conforme as tabelas 4.16 a 4.20 e os quadros 4 e 5.

Na Tabela 4.13 pode-se ver as verbas gastas na função agricultura e poder sentir a pouca importância que lhe é dispensada.

Tabela 4.13 - Despesas de Manacapuru executadas na função Agricultura - 1997 – 2004

Ano	Valores em R$1,00		Variação (%)
	Correntes	Constantes	
1997	962.750	2.131.686	----
1998	558.485	1.190.310	-44,16
1999	1.384.665	2.651.072	122,72
2000	391.626	659.045	-75,14
2001	344.250	524.930	-20,35
2002	823.690	1.106.570	110,8
2003	964.589	1.055.277	-4,64
2004	509.699	509.699	-51,70

Fonte: Balanços gerais do período
Nota: Índice atualizador IGP - DI, FGV, preço 2004.

Se bem que as atividades primárias da economia sejam a vocação econômica de Manacapuru pouco se faz pelos operadores desta área, enquanto se gastou em 2004, R$ 1.045.046,00 com a cultura (Tabela 4.8) na agricultura foram despendidos R$ 509.699,00, (48,71%), ou seja, nem a metade do que se desembolsou com cultura.

A Tabela 4.13 apresenta dados nos quais a expressão da falta de apoio ao setor primário. A melhor performance da função agricultura nos anos de 1999 e 2002, únicos anos nos quais as despesas cresceram 122,72% e 110,80%, respectivamente, no entanto, em 2000 decresceu 75,14% em relação ao ano anterior no qual houve crescimento dos gastos. No ano de 2004 a retração nos gastos fora de mais da metade (51,70%). É em 2003 o ano de menor queda (4,64%).

A tabela 4.14 que compila os gastos, vê-se um grande vácuo entre as despesas sociais e os dispêndios com agricultura bem como com cada uma das outras funções de “per si”.

Muito sofrível a situação da agricultura comparada às outras funções, encerra o menor montante de desembolsos exclusão a função direito da cidadania.

Tabela 4.14 – Manacapuru - Gastos gerais e gastos na função agricultura realizados Valores constantes 1997 – 2004

Ano	Despesas em R$ 1,00						
	Assistência e Previd. Sociais	Educação e Cultura	Saúde e Sanea-mento	Agricultura	Habitação e Urbanismo	Direito da Cida-dania	Total
1997	1.008.553	9.046.649	4.876.766	2.131.686	3.740.851	----	20.804.505
1998	1.703.408	14.001.120	12.352.340	1.190.310	19.337.544	----	48.594.722
1999	1.335.724	22.428.034	18.442.878	2.651.072	13.566.635	----	58.424.343
2000	1.039.028	12.638.172	7.521.747	659.045	13.607.835	----	35.465.827
2001	1.268.405	13.176.851	16.139.713	524.930	17.740.877	----	48.850.776
2002	1.859.975	16.051.020	8.716.801	1.106.570	6.590.785	----	34.325.151
2003	1.904.760	11.983.710	6.883.708	1.055.277	1.533.888	9.859	23.371.202
2004	1.929.198	16.003.312	12.532.209	509.699	7.001.350	29.940	38.005.708

Fonte: Os valores corretos foram extraídos dos balanços gerais
Os valores foram atualizados pelo IGP – DI – FGV.

Se comparada, a função administração e planejamento tem-se:

Tabela 4.15 - Despesas realizadas nas funções Agricultura e Administração e Planejamento. Valores constantes 1997 – 2004 R$ 1,00

Ano	AGricultura (A)	Administração e Planejamento (B)	A / B
1997	2.131,686	8.678,628	24,56
1998	1.190,310	7.771,891	15,32
1999	2.651.072	5.372,896	49,34
2000	659.045	5.951,541	11,07
2001	524.930	5.622,868	9,34
2002	1.106.570	5.616,190	19,7
2003	1.055.277	3.529,440	29,9
2004	509.699	3.885,216	13,12

Fonte: Os valores corretos foram extraídos dos balanços gerais
Os valores foram atualizados pelo IGP – DI – FGV.

Os melhores anos de comparação dos gastos acima foram 1997, 1999 e 2003, porém no primeiro ano a relação foi menor que a quarta parte. No

ano de 1999 o crescimento da relação se deu não apenas porque os gastos com agricultura cresceram 122,72% mas também pelo fato de em administração e planejamento ter havido uma redução de 30,86%, em relação a 1998.

A atenção da administração municipal com o setor primário é deficiente, 72 (65,45%) do total dos imigrantes consultados, Tabela 10, deixaram o campo, destes, 65 pessoas (90,28%) informaram que não havia assistência técnica e financiamento de produção. (90,28%).

O grau de insatisfação é tal que somente 5 (4,5%) imigrantes continuam na lide do campo os outros atuam noutras áreas, sub-empregados ou até mesmo desempregados.

Ouvidos disseram:

1 – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Ricardo Ferreira do Nascimento:

> "Nossos trabalhadores rurais 70% deles trabalham na várzea e no período de enchente, é calamitosa a situação deles por falta de infraestrutura de apoio e de políticas públicas voltadas pra esse povo, falta de incentivo à produção, falta de política de saúde, educação, falta de energia. A falta disso tudo e de políticas consistentes é a forma dos trabalhadores virem prá cidade".
>
> "Quero deixar claro nosso município é um município agrícola, estamos no centro, mas prá qualquer lado que a gente olha vê comunidade ligada a agricultura, Calado, Miriti, nas estradas, nos ramais, na frente da cidade vê o Pesqueiro e o Marrecão...".
>
> "Hoje, qual o setor produtivo que gera renda prá Manacapuru? A renda de Manacapuru está pautada no INSS, extrativismo, peixe e fibra e na receita do município".

2- Presidente do Sindicato Patronal Rural, Mario Jorge Bastos.

> "A causa da imigração do produtor rural para a sede do município é a falta de assistência. Os nossos governantes não têm dado aquela assistência necessária ao produtor e as dificuldades que o nosso produtor tem no nosso município é na produção de fibra, ele encontra dificuldade pra escoar a produção então não se sente estimulado e vai abandonando o campo, também tem que trazer os filhos pra cidade pra estudar porque são poucas as comunidades com escola de 2º grau então ele é obrigado a vim pra sede do município pra trazer os filhos pra estudar..."

> "Com relação ao financiamento da produção há umas linhas de crédito que mesmo assim dificulta a vida do produtor por causa da burocracia..."
>
> "Hoje está havendo melhor assistência da EMATER. (IDAM) e do SENAR"..
>
> "Com o deslocamento das pessoas para a cidade elas estão deixando de cultivar certas culturas e isso dá uma queda na produção..."

Os depoimentos dos representantes dos trabalhadores rurais e dos produtores rurais explicam o porque do deslocamento dos 72 rurícolas para a sede do município. Eles não deixaram sua terra e sua criação por querer abandonar, eles foram expulsos da terra por falta das políticas social e econômica que melhor aloquem as verbas municipais.

Tabela 4.16 – Manacapuru - Efetivo Pecuário - 1998 - 2000

Ano	Bovinos	Suínos	Bubalinos	Eqüinos	Asininos	Muares	Ovinos	Caprinos
1998	21.128	4.222	106	286	16	17	1.956	291
1999	21.550	4.476	108	291	16	17	2.073	305
2000	21.981	4.885	110	297	16	17	2.197	320

Fonte: Seplan / AM - Anuário Estatístico - 2000

Tabela 4.17– Manacapuru - Produção Agrícola -1998-2000

Produtos	Mandioca		Melancia		Milho		Juta		Malva		Mamão	
Anos	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)	(ha)	(t)
1998	3.128	29.234	70	75	359	663	58	69	2.000	3.843	370	3.613
1999	3.120	29.172	73	80	357	660	78	84	1.452	2.904	360	6.480
2000	3.120	29.172	73	80	357	660	78	84	1.452	2.904	360	6.480

Fonte: Seplan / AM - Anuário Estatístico - 2000

Tabela 4.18– Manacapuru - Produção agrícola - 1998 – 2000

Produtos	Abacate		Abacaxi		Banana		Batata doce		Cacau em Amêndoa	
Anos	Área (ha)	Qtde (t)	Área (há)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)
1998	50	250	60	107	1.290	2.183	10	29	14	14
1999	48	720	52	186	1.290	2.183	12	36	14	14
2000	48	720	52	186	1.290	2.183	12	36	14	14

Fonte: Seplan / AM - Anvário Estatístico – 2000

Tabela 4.19– Manacapuru - Extração Vegetal - 1998 – 2000

Produtos	Lenha		Madeira tora (1)		Madeira tora (2)		Castanha-do-Pará	
Anos	(t)	Valor R$ (1000)	(t)	Valor R$ (1000)	(t)	Valor R$ (1000)	(t)	Valor R$ (1000)
1998	41.097	370	27.405	685	149	15	60	54
1999	41.672	63	27.789	139	151	45	61	55
2000	43.338	65	28.900	145	159	64	64	76

Fonte: Seplan / AM - Anuário Estatístico – 2000

Tabela 4.20 – Manacapuru - Produção agrícola - 1998 – 2000

Produtos	Café (em côco)		Cana-de-Açúcar		Feijão		Guaraná (grãos)		Laranja	
Anos	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)	Área (ha)	Qtde (t)
1998	5	1	3	57	56	45	13	3	171	5.130
1999	4	1	20	440	45	45	13	3	170	5.100
2000	4	1	20	440	45	45	13	3	170	5.100

Fonte: Seplan / AM - Anvário Estatístico – 2000

Quadro 4 – Manacapuru Efetivo Avícola - 1998 – 2000

Ano	Galinhas	Frangos, Galos, Pintos
1998	27.429	37.282
1999	29.074	39.518
2000	30.818	41.889

Fonte: Seplan / AM – 2000

Quadro 5 – Manacapuru - Produtos de origem animal - 1997 – 2000

Ano	Produção de leite (mil litros)
1997	793
1998	836
1999	852
2000	868

Fonte: Seplan / AM– 2000

Constatou-se que, 12 dos imigrantes (10,91%), tem na família um aposentado. Numa família que antes de imigrar havia três ou mais pessoas trabalhando, na sede de Manacapuru vive essa família apenas com a renda de uma aposentadoria, isto é fato.

A Tabela 4,21 indica que 81,82%, 57 informantes residiram no último endereço, antes da imigração entre dezesseis e mais de trinta anos. E, 53 imigrantes (48,18%) moraram menos de um ano a quinze anos.

Tabela 4.21 - Tempo de residência do informante no último endereço

Tempo (ano)	Nº de Ocorrência	Ocorrência Relativa (%)	Ocorrência Acumulada
- 1	6	5,45	5,45
1 - 5	10	9,1	14,55
6 - 10	19	17,27	31,82
11 - 15	18	16,36	48,18
16 - 20	24	21,82	70,00
21 - 25	7	6,36	76,36
26 - 30	12	10,91	87,27
+ 30	14	12,73	100,00
Total	110	100,00	-----

Fonte: Pesquisa realizada em agosto / 2004

Apesar de todas as dificuldades há interesse de alguns permanecer na terra.

A vinda de ribeirinhos para o perímetro urbano de Manacapuru não solucionou de vez os problemas enfrentados nas barrancas, apenas minoraram. Por mais que o Governo municipal em parceria com os governos federal e estadual busque atacar os entraves sociais, modificando e/ouimplementando novas políticas haverá concentração da pobreza nos subúrbios dasede municipal.

5. CONCLUSÃO

O processo migratório acontece no Amazonas de modo intenso, as estatísticas indicam um movimento bastante acentuado na capital que muito tem se expandido e também nas sedes dos municípios.

A população de Manacapuru em 1970 era de 49.469 habitantes, sendo de 7.232 a urbana e 42.237 a rurícola. No levantamento censitário de 1980, aquela mais que dobrou, aumentou em 152%, enquanto isso a população rural cresceu apenas 1,3%. Em 1991, a população campesina, considerando o censo da década de oitenta, perdeu cerca de 50,6% de seu efetivo humano, todavia à área urbana é acrescida em 97,6%.

No censo de 2000 habita a sede do Município 47.662 pessoas e vive na zona rural 26.033. O quadro populacional, antes favorável a esta área perde sua hegemonia para aquela. Se, se considerar o ano de 1970 quando o quadro populacional inicia sua configuração, tem-se que: a população urbana, até o ano 2000 cresceu 559,04 e a população campestre minguou 38,36%, equivale dizer que a cada ano o crescimento foi de 18,63% e o decréscimo, de 1,28%.

Alguns autores defendem a idéia de que o crescimento da cidade é um resultante da industrialização e que esta influi determinantemente para o aumento dos gastos públicos, sucede que não há como estabelecer equivalência entre o crescimento da população urbana de Manacapuru com a implantação de indústrias. Em 2004 havia cerca de 59 unidades industriais, de micro, pequeno e médio porte, prevalecendo o primeiro. O Município, verdadeiramente, tem sua atividade econômica assentada em atividades do setor primário, destacando-se o

extrativismo de madeira, fibras, pescado, frutas e criação de animais. Nos lugares mais próximos da sede é possível encontrar um plantio e/ou uma criação de animais domésticos.

A maioria dos imigrantes veio da zona rural de Manacapuru, da de outros municípios, inclusive da zona rural de Manaus. Dos que migraram alguns eram proprietários de terra outros trabalhadores rurais, alguns meeiros, ao chegarem dispersaram-se pelo subemprego (vendedor ambulante, braçal, vigia, domésticos, feirantes, serviços gerais, artesão), no comércio, na indústria (10%), serviços públicos. Mas 9 imigrantes (8,18%)- 5 agricultores e 4 pescadores- continuaram fiéis à tradição.

A chegada do homem do campo na sede do Município transferiu a pobreza do campo para os novos bairros que se formaram com a explosão habitacional.

Muitos resistiram a mudança de endereço, viveram por muito tempo no local de onde emigraram e de lá saíram por causa da inação do setor público municipal que os deixou à míngua, desassistidos, entregues a sorte e ao que a natureza lhes podia oferecer. A falta de assistência médica, de escola ou a deficiência do ensino, de transporte para a produção, de assistência técnica, de crédito rural, de preço mínimo (produção desvalorizada) acresce-se a tudo isso a falta de opções ocupacionais.

As políticas sociais são de caráter reativo, são criadas para resolver o fato menos para atacar as variáveis que o originou, assim, os gastos sociais serem realizados na linha do assistencialismo, o objetivo é dar ajuda quando deveria promover o cidadão oferecendo-lhe oportunidade de trabalho.

Os gastos, longe de buscar atender as reais necessidades dos munícipes, são realizados conforme as prioridades ditadas pelo executivo. Na função trabalho nada foi gasto em todo o período, nem na função organização agrícola se bem que a vocação econômica do Município seja o setor primário.

A situação da função agricultura não foi diferente pouca atenção, pouco se gastou em relação às outras funções.

A carência de políticas sociais e econômicas sólidas, viáveis de resultado e direcionadas ao “hinterland” pode-se ter como elementos expulsadores do homem do seu ambiente agrícola de trabalho e de moradia. Abandonado, procurou abrigo na sede municipal, para sobreviver. A demandapor bens e serviços públicos aumentaram, no entanto a oferta não a acompanhou por falta de recursos. A população com demanda reprimida reclama por mais serviços e bens, reclama também da qualidade deles. O sofrimento dos imigrantes minorou. A cada ano, mais recursos são alocados para atender a população urbana, quase nada de recurso se aloca em benefício do homem do campo, mesmo assim a estrutura urbana é insuficiente e penaliza os indivíduos mais pobres.

O motivo básico da migração é o econômico o homem cada vez mais procura melhorar de vida, contudo, na sede do Município poucos foram os que tiveram a renda da família melhorada, a maioria teve a renda reduzida, todas as famílias conta com pessoas desempregadas. A renda de algumas famílias restringe-se ao que ganha um ou dois de seus membros com a aposentadoria.

O desemprego, a baixa renda a falta de política voltada para os jovens fizeram aumentar a prostituição inclusive infantil, aumentou a criminalidade, estagnação na produção agrícola, em alguns casos houve queda, conforme dados das tabelas 37 a 41 e quadros 5 e 6.

Finalmente, enquanto a camada menos desprovida de recursos clama por melhores serviços, a população rural pede socorro.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILLAR, Fernando Herren, Controle Social de Serviços Públicos, Ed. Max Limonad, São Paulo, 1999,

AMAZONAS, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Condensado de Informações sobre os Municípios do Estado do Amazonas – 4ª ed. Atual., SEPLAN, Manaus, 2004.

_____, Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Anuário Estatístico do Amazonas, 19ª ed., SEPLAN, Manaus, 2004.

ANSAY, Pierre e Schoonbrodt, René, Penser la Ville – Choix de textes philoshophiques, AAM Editores, Bruxelas, 1989.

BALAN, Jorge, Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro, Ed. DIFEL, são Paulo, 1974.

BALANDIER, Georges, As Dinâmicas Sociais, Ed. DIFEL, São Paulo, 1971.

BANFIELD, Edward C., A Crise Urbana: Natureza e Futuro, Zahar Edito res, Rio de Janeiro, 1974.

BALEEIRO, Aliomar. Uma Introdução à Ciência das Finanças, 16ª ed., Ed. Forense, Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, Luiz Celso de. Ciência das Finanças, 5ª ed., Ed. Edipro, São Paulo, 1999.

BENTES, Rosalvo Machado, A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus (dissertação de mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAE – PLADES, Belém, 1983.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F., Dicionário Crítico de Sociologia, 2ª ed., Ed. Ática, São Paulo, 2001.

BRASIL, Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças Públicas: V Prêmio Tesouro Nacional, ESAF, Brasília, 2001.

_____, Finanças Públicas: VIII Prêmio Te souro Nacional, 2003, Coletânea de monografias/Secretaria do Tesouro Nacional, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

_____, Finanças Públicas: IX Prêmio Tesouro Nacional, 2004, Coletânea de monografias/Secretaria do Tesouro Nacional, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____, Constituição da República Federativa do Brasil, organizador: Nilson Paim de Abreu Filho, 7ª ed., Ed. Verbo Jurídico, Porto Alegre, 2003.

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 1950

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 1960

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 1970

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 1980

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 1991

_____, Censo demográfico, IBGE, Rio de Janeiro, 2000

_____, Despesas Públicas por funções: 1996-1998/IBGE, Departamento de Contas Nacionais, Rio de Janeiro, IBGE, 2001

CASTRO, Róbison Gonçalves e GOMES, Luciano de Souza. Administração Financeira e Orçamentária, 6ª ed., Ed. Vestcon, Brasília, 2001.

CÂNDIDO JR, José Osvaldo, Os Gastos públicos no Brasil São Produtivos?, htt:/www.ipea.gov.br, 15/03/2005.

CARVALHO, Otamar, MARTINE George, Migrações e Urbanização, Ministério do Interior, Brasília, 1977.

CHUDACOFF, Howard P., Evolução da Sociedade Urbana, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977

DAMIANI, Amélia, População e Geografia, 2ª ed., Ed. Contexto, São Paulo, 1996.

DEBUS, Ilvo e MORGADO, Jeferson Vaz. Orçamento Público, 2ª ed., Ed. Vestcon, Brasília, 2001.

FILELLINI, Alfredo. Economia do Setor Público, Ed. Atlas, São Paulo,1990.

FRANK, André Gunder, Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento, repensando a teoria da dependência, Ed. Brasiliense, São Paulo,.

GALLIANO, A.Guilherme, Introdução à Sociologia, Ed. Harbra, São Paulo , 1981.

GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia, Finanças Públicas, 2ª ed., Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2001.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Econima Política, 15ª ed., Ed. Saraiva, São Paulo, 1992.

GILL, Richard T. Evolução do Pensamento Econômico, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1967.

HEILBRONER, Robert L. A Formação da Sociedade Econômica, 2ª ed., Zahar Editores, Rio de janeiro,1972.

LAGO, Benjamin Marcos, Dinâmica Social, Como as sociedades se transformam, Ed. Vozes, Petrópolis,1995.

LEFEBVRE, Henri, A Revolução Urbana, Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2002.

MACHADO JR, J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa, A Lei 4.32 Comentada, 30ª ed., IBAM, Rio de Janeiro, 2000/2001.

MANACAPURU, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 1997.

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 1998

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 1999

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 2000

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislaturade 2001

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislaturade 2002

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 2003

_____, Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, Legislatura de 2004

MARTINS, Cláudio, Compêndio de Finanças Públicas, Ed. Bushatsky, São Paulo, 1976.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 19ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, 1994.

MELA, Alfredo, A Sociologia das Cidades, 1ª ed., Artes Gráficas, Rio de Janeiro, 1999.

MUSGRAVE, Richard A e MUSGRAVE Peggy B. Finanças Públicas: Teoria e Prática, USP, São Paulo, 1974.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Finanças Públicas- União, Estados e Munipios, 2ª ed., Ed. Vestcon, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir. Manaus de 1920-1967, A cidade doce e dura em excesso, Ed. Valer Manaus, 2003.

OLIVEIRA, Pedro de, Amazônia: Incentivos Fiscais para o desenvolvimento do

Amazonas, Escola de Administração Fazendária – ESAF, SEF, MINIFAZ, Bra

sília, 1980

OLIVEIRA, Pérsio Santos de, Introdução à Sociologia, 24ª ed., Ed. Ática, São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de, e HORVATH, Estevão, Manual de Direito Financeiro, 4ª ed., Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2001.

PARSONS, Talcott, Sociedades-Perspectivas Evolutivas e Comparativas, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1969.

PASTORE, José e SILVA, Nelson do Vale, Mobilidade Social no Brasil, Ed. Makron Books, São Paulo, 2000.

PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas- A política orçamentária no Brasil, Ed. Atlas, São Paulo, 1999.

REZENDE, Fernando, Finanças Públicas, 2ª ed., Ed. Atlas, São Paulo, 2001.

RIANI, Flávio, Economia do Setor Público- Uma abordagem Introdutória, 4ª ed., Ed. Atlas, São Paulo, 2002.

SABINO JR, Vicente, Jean Jacques Russeau e o Contrato Social, Ed. Bushatsky, São Paulo, 1978.

SANTOS, Regina Bega, Migração no Brasil, 3ª ed., Ed. Scipione, São Paulo, 1997.

SINGER, Paul, Economia Política da Urbanização, Ed. Contexto, São Paulo, 1998.

SORJ, Bernardo, CARDOSO, Fernado Henrique, FONT, Maurício, Econo - mia e Movimentos Sociais na América Latina, Ed. Brasiliense , São Paulo, 1985

SPEROTTO, Fernanda, Gasto Social nos anos 1990: O caso dos Municípios Gaúchos com mais de 100 mil habitantes, htt:/www.ipea.gov.br, 15/03/2005.

SPOSITO, Maria Encarnação B, Capitalismo e Urbanização, Ed. Contexto, São Paulo, 2000.

TOPIK, Steven. A Presença do Estado na Economia Política do Brasil de1889 a 1930, Ed, Record, Rio de Janeiro, 1987.

WETTSTEIN, German, Subdesenvolvimento e Geografia, Ed. Contexto, São Paulo, 1992.

ANEXO 1

Metas de Governo, extraídas das mensagens do Chefe do Poder Executivo Municipal para a Câmara Municipal de Manacapuru.

Infra-estrutura

Viabilizar Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo na área urbana do Município;

Viabilizar o Código de Postura do Município e o código de Edificações;

Propor intervenção nas áreas de risco de inundação e desabamento;

Viabilizar o sistema de Cadastro Imobiliário Municipal e a edição das plantas dos bairros;

Viabilizar a conclusão dos serviços de urbanização das vilas do Município, loteamentos populares e assentamento rural;

Concluir e urbanizar diversos bairros periféricos, com execução de obras de infra-estrutura e saneamento básico;

Início da execução do Projeto **Nossa Cidade**, com a construção do Parque e do Centro de Convivência da Praça 16 de Julho (Calçadão da Praça da Prefeitura)

Recuperação de praças públicas;

Construção do novo Cemitério Municipal;

Regularização do sistema de transporte coletivo;

Sinalização das principais ruas da cidade;

Ampliar, conservar, o Parque do Ingá, Orla do Miriti, Cais do Porto e restaurar o Balneário do Miriti com estrutura física e turística;

Construir obras de drenagem nos igarapés do Biribiri e Liberdade;

Construir, manter, melhorar e assistir tecnicamente poços tubulares profundos em diversos bairros periférico;

Implantação do programa de ampliação do sistema de abastecimento de água para toda a população;

Executar os serviços de drenagem superficial com a construção de calçadas, meios-fios, sarjetas e rampas na quase totalidade da malha viária existente e nas novas vias a serem implantadas e urbanizadas;

Construir o Terminal de Cargas e Passageiros do Município de Manacapuru;

Continuação, Anexo 1

Promover condições físicas adequadas para o Aterro Sanitário, com a construção de células para tratamento do lixo;

Complementar a malha viária de Manacapuru, com vista a manter o fluxo tranqüilo do trânsito nas principais artérias e corredores viários;

Construir novas artérias que permitam um deslocamento mais rápido entre um ponto e outro da cidade;

Reurbanizar sempre que necessário as principais vias da malha viária incluindo o bairro Novo Manacá;

Implantação do Programa de arborização e ajardinamento de logradouros públicos;

Pavimentação e recuperação de vias públicas;

Início da execução do Projeto **Nossa Cidade**, com a construção do Parque e do Centro de Covivência da Praça 16 de Julho (Calçadão da Praça da Prefeitura);

Prolongamento da pista dupla da Rodovia Manuel Urbano;

MEIO AMBIENTE E TURISMO

Realização de eventos culturais e festivos de interesse do turista doméstico;

Assistência técnica e controle das atividades de interesse do setor turístico (restaurantes, hotéis, balneários, etc.)

Diversificação de atividades produtivas alternativas, visando à geração de riqueza;

Reorganização da Festa da Cidade;

Realização de eventos na área de esportes náuticos;

Implantar programa de ecologia e lazer turístico-educacional capaz de fornecer lazer e servir como referência de estudos e pesquisas científicas na área do meio ambiente;

Intensificar o aproveitamento das áreas verdes urbanas, praias naturais, matas primárias, igarapés, reservas ambientais e ecológicas, transformando-as em centros turísticos e de lazer;

Implantar programas de educação ambiental, com campanhas educativas e palestras em escolas, centros comunitários e religiosos;

Continuação, Anexo 1

Intensificar o controle e monitoramento de pedreiras e areais, evitando degradações irreversíveis e a exploração mineral, fazendo cumprir suasatividades de preservação do meio ambiente;

Implementar o zoneamento econômico e ecológico do município;

Implementar projetos como RDS-piranha (Paraná do Piranha), APA do Miriti, Eco Vida (Paru, Calado), Pira (Canabuoca I e II, Marrecão, Jacaré) assim como outros projetos de conservação de espécies;

Aprimorar os recursos humanos e materiais necessários à execução do Plano de Trabalho direcionado ao turismo;

Promover campanhas educativas acerca da atividade turística para a população, orientando-a sobre a importância da conservação dos bens turísticos, culturais e naturais;

Restaurar o Paço Municipal;

Captar eventos profissionais para Manacapuru, colocando-a na rota de eventos nacionais e internacionais;

Dotar de recursos as instituições promotoras de eventos culturais e folclóricos em Manacapuru;

Implementar o centro de Atendimento ao Turista – CAT;

Implementar a construção do Terminal Fluvial Turístico de Manacapuru.

ANEXO 2

Metas de Governo, extraídas das mensagens do Chefe do Poder Executivo Municipal para a Câmara Municipal de Manacapuru.

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

Implantação de Telecurso nas comunidade rurais em que seja tecnicamente viável;

Manutenção da Casa do Estudante na Capital;

Aquisição de fardamento escolar para alunos e professores da rede de ensino municipal;

Atendimento médico e odontológico para os alunos da rede oficial do Município;

Criação do Centro Supletivo;

Implantação de cursos de Relações Humanas e Interpessoais para professorese diretores de escolas;

Criação de hortas escolares;

Intercâmbio educativo com o SENAC E SESC;

Realização de campanhas educativas nas áreas de limpeza urbana, posturas públicas, meio ambiente e turismo;

Implantação do projeto **Garoto Bom de Bola**, bem como a reciclagem em atletismo e educação física;

Realização de Jogos Escolares do Município;

Realização do Campeonato de Ciclismo, do Festival Manacapuruense de Atletismo Infanto-Juvenil e do Campeonato Manacapuruense de handebol;

Realização de Oficinas Culturais;

Reestruturação da Festa da Cidade e a criação de um calendário de eventos culturais e festivos (Festa do Peixe, Feira da Hortaliça, Feira de Móveis, Feira de Artesanato, Feira da Cultura e outros);

Implantação de condução escolar para Ariaú, Bela Vista e Ubim;

Distribuição de livros didáticos às escolas municipais;

Complementação pedagógica para alunos formados em contabilidade;

Continuação Anexo 2

Continuação, Anexo 2

Implantação do Programa Piloto de Alfabetização de Adultos;

Aquisição de periódicos para o sistema de ensino local;

Criação de sala especial para alunos com graves deficiências;

Aumento do número de salas para pré-escola;

Melhoria dos meios de transporte dos professores para as escolas da Rodovia Manuel Urbano;

Municipalização da merenda escolar e melhoria da sua qualidade;

Aquisição de materiais de primeiros socorros para as escolas municipais;

Implantação da Feira de Ciências do Município;

Implantação de um campus universitário para o desenvolvimento das ações da Universidade do Amazonas;

Construir e equipar escolas na zona urbana e rural, oportunizando novas vagas aos alunos;

Implementar projetos pedagógicos voltados a aumentar os índices de aprovação e freqüência escolar;

Implementar projeto na área de educação ambiental em toda a rede municipal de ensino;Reformar as unidades escolares que necessitem de intervenção;

Adquirir transportes (veículos e barcos), destinados aos deslocamentos de discentes e docentes da zona rural;

Implementar projeto itinerante de assessoramento técnico-pedagógico aos docentes da área ribeirinha (barco/escola);

Adotar medidas que aumentem a produtividade do ensino, evidenciadas pela redução dos índices de evasão e repetência;

Otimizar o desempenho escolar, através do estabelecimento de melhores condições estruturais e pedagógicas para a garantia de ensino com qualidade;

Promover a valorização dos profissionais da educação, através de justo e adequado Plano da Cargos e Carreira, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, salário profissional condizente com a progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;

Intensificar a capacitação de professores leigos, a fim de que os mesmos adquiram a habilitação necessária ao desempenho das funções docentes;

Continuação, Anexo 2

Implementar a continuação do programa e projetos de educação, como o PDE, Escola Ativa, Olho no Olho, Alfabetização Solidária, etc.;

Implementar o ensino médio na zona rural;

Implementar o Centro de Gravação da TV Escola para rede municipal;

Implementar o laboratório de informática da rede municipal de ensino;

Lutar pela consolidação do pólo universitário de Manacapuru;

Implementar programa de bolsa-auxílio para crianças carentes em idade escolar, assim como evitar a exploração do trabalho infantil;

Implementar a continuação do programa de merenda regionalizada nas escolas;

Expandir, gradativamente, a oferta de vagas da educação infantil na rede municipal de ensino em 90%;

Implementar projetos como: “Hortas Escolares” e Ciclo de Apoio Familiar”;

Implementar projeto de arte popular, com atividades de dança, teatro e artecircense em oficina de arte;

Implantar programa de atendimento de educação especial, destinado a atender crianças portadoras de necessidades especiais, garantindo experiências significativas no desenvolvimento pleno de seu potencial evolutivo;

Assegurar a manutenção e expansão das salas e oficinas de leitura, a fim de facilitar o acesso dos alunos em busca do conhecimento;

Ampliação do acervo bibliográfico e divulgação das obras dos artistas de Manacapuru;

Dotar dos necessários recursos as atividades artísticas e culturais traçadas pela Prefeitura Municipal de Manacapuru;

Realizar espetáculos musicais, festivais de música e folclore, teatro e dança, inclusive aqueles voltados par a música regional, aproveitando espaços com o Parque do Ingá, para maior acesso da população;

Recuperar e ampliar as instalações físicas dos espaços culturais com vistas a dotar das necessárias condições para a viabilização das atividades programadas para ocorrerem no mesmo;

Manter em exposição permanente o acervo memorial de Manacapuru, para fins de conhecimento e pesquisa por parte, principalmente, da classe estudantil.

Continuação, Anexo 2

SAÚDE

Ampliação da rede de unidades de saúde, inclusive com o início da construção do Hospital da Mulher;

Reforma dos postos de saúde nas áreas urbana e rural;

Implantação do SOS ribeirinho;

Aquisição de medicamentos básicos para a rede de saúde, para manter o nível atual de atendimento;

Implantação do Programa **Médico da Família;**

Realização de campanhas de exames parasitológicos destinadas aos escolares;Expansão das atividades laboratoriais dos centros de saúde;

Criação de Centro de Ultra-Sonografia Municipal;

Implantação de atendimento específico para as doenças sexualmente transmissíveis;

Reciclagem dos recursos humanos da área de saúde;

Realização de um programa de Estágio em Saúde para alunos de segundo grau;

Criação do Serviço de Monitoria Escolar em saúde;

Formação de técnicos de saneamento básico domiciliar;

Criação do Serviço de Vigilância sanitária;

Reciclagem dos Agentes de Saúde Rurais e reativação do Programa dos Agentes Comunitários de Saúde – PACS;

Implantação do Serviço e Controle da população canina;

Realização do Seminário Anual da Saúde, com a participação coletiva;

Realização da Conferência Bienal de Saúde;

Manutenção de Postos de Saúde da rede básica e hospital, otimizar os atendimentos e implementar o funcionamento do Hospital da Mulher;

Ampliar o programa de ambulâncias fluviais, nele incluindo a construção dos respectivos abrigos;

Continuação, Anexo 2

Construir, ampliar e reformar os Postos de saúde distribuídos pela cidade einterior;

Implantar gerências distritais e Centros de Saúde;

Aprimorar a prestação de assistência integral ao grupo Materno-Infantil, com o atendimento das gestantes e crianças menores de 1 ano;

Implantar o Programa de Agentes Comunitários nas áreas urbana e rural, utilizando essa mão-de-obra na orientação às famílias quanto à higiene, cuidados com o lixo, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças, aleitamento materno, encaminhamento ao pré-natal, dentre outros;

Implementar a assistência às Doenças Sexualmente Transmissíveis, até o alcance de 100% da rede básica do Município;

Intensificar as imunizações e ações epidemiológicas, para reduzir a incidência por doenças imunopreviníveis, transmissíveis e outros agravos à saúde;

Intensificar as ações de combate e controle das endemias, através dacapacitação dos professores e inclusão na grade curricular dessa matéria das escolas de1º Grau.

ANEXO 3

Metas de Governo, extraídas das mensagens do Chefe do Poder Executivo Municipal para a Câmara Municipal de Manacapuru.

AÇÃO SOCIAL

Estruturação do serviço de atendimento às famílias carentes;

Desenvolvimento de programas permanentes de cidadania;

Criação do Escritório Pró-Cidadão, com serviços de assistência legal;

Apoio às organizações civis, principalmente aos clubes de mães;

Execução do Programa de Complementação Alimentar;

Distribuição de lotes urbanos às famílias carentes;

Incentivo à criação de cooperativas de produção;

Melhoria do atendimento nas unidades de assistência social, sobretudo em creches;

Orientação da comunidade sobre assuntos de interesse geral;

Orientar as comunidades rurais, objetivando a organização, o desenvolvimento da produção e a formação de cooperativas;

Implementar programa inerente à defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes, empregando os recursos necessários aos problemas sociais que envolvem menores, de conformidade com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Garantir os direitos fundamentais da população infanto-juvenil, através do atendimento integral em creches municipais e áreas de educação para o trabalho, geração de renda, esporte e lazer;

Incentivar as atividades comunitárias, através da realização de feiras de produtos artesanais, oferecendo assim, escoamento para a produção de trabalhos feitos nos Cubes de Mães, associações de Bairros e Artesãos;

Viabilizar a execução de cursos e treinamentos profissionalizantes para os excluídos do mercado formal, através de preparação para o trabalho e inserção em atividades produtivas;

Emprestar o necessário suporte à viabilização das ações, programas e projetos destinados às pessoas carentes, em situação de risco pessoal e social;

Continuação, Anexo 3

Facilitar o repasse e a aplicação de recursos destinados a assistir pessoas excluídas, no âmbito do Município de Manacapuru;

Sensibilizar a sociedade, através de campanhas educativas, sobre os direitos e a importância da terceira idade;

Promover treinamento para os profissionais que lidam com a terceira idade, incrementando a política de recursos humanos nas áreas de saúde, do serviço social e administrativa;

Assegurar recursos para o implemento de programas de atendimento e convivência dos idosos;

Atender idosos promovendo atividade de assistência à saúde e de terapia ocupacional;

Fortalecer e reestruturar o Conselho Tutelar, visando seu melhor desempenho junto a Comunidade.

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO

Construção da feira do produtor de Manacapuru;

Implantação do Programa de Distribuição de Sementes e Mudas;

Realização de Curso de Aproveitamento do Leite nas propriedades rurais e de inseminação artificial;

Implantação do Programa de Hortas Caseiras;

Incentivo à mineralização do rebanho do município;

Incentivo à piscicultura;

Viabilização de construção de viveiros, barragens e suas derivações, como também a doação de alevinos a pequenos proprietários rurais, devidamente assistidos tecnicamente;

Fomento ao pequeno e micro empreendimento privado, bem assim a sua assistência técnica e jurídica.

Construir, reformar e manter as feiras cobertas e mercados, dotando-os de infra-estrutura adequada para a comercialização dos gêneros básicos;

Aumentar a produção rural, de forma a reduzir a importação do setor de olericultura e melhorar os níveis de renda e de qualidade de vida dos pequenos produtores das comunidades envolvidas no programa, viabilizando a criação de cooperativas e de pequenas e médias agroindústrias;

Continuação, Anexo 3

Apoiar e desenvolver a agricultura familiar das comunidades rurais, contribuindo para reduzir o êxodo rural para Manacapuru e aumentar a oferta de produtos e gêneros alimentícios em Manacapuru;

Incentivar a criação de aves e animais de pequeno porte, através da agricultura familiar, visando o aumento da oferta e comercialização desses produtos;

Alocar recursos ao Fundo Municipal de Fomento à Agricultura, ao Pequeno e Micro Empreendedor, de forma a financiar e desenvolver os setores produtivos que necessitem de financiamento de suas atividades;

Formular e coordenar a política de abastecimento do município, com o controle de feiras, mercados, comércio informal e despachantes de pescado;

Estimular o crescimento da produção agrícola diversificada, bem como de plantas medicinais, arbóreas, ornamentais e frutíferas;

Facilitar o escoamento da produção agrícola no município e melhorar as condições de transporte, armazenamento e comercialização.